



1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36

**Ministério da Cultura  
Conselho Nacional de Política Cultural - CNPC**

**Resumo Executivo**

**REUNIÃO DA CÂMARA SETORIAL -  
MÚSICA**

Brasília (DF), 15 de outubro de 2008.

Local: Hotel Carlton – Salão L'Amazon

37Aos quinze dias do mês de outubro do ano de dois mil e oito, às nove horas, no  
38Salão L'Amazon do Hotel Carlton, localizado no Setor Hoteleiro Sul, Quadra 05,  
39Bloco "G" – Brasília, DF, iniciou-se a reunião da Câmara Setorial da Música,  
40órgão integrante do CNPC, sob a coordenação do Senhor Gustavo Vidigal  
41(CNPC), com a presença dos seguintes representantes da Câmara Setorial da  
42Música: Sr. Adriano Araújo (Região Nordeste), Sr. Álvaro Santi (Região Sul),  
43Sr. Alexandre Silva (Região Nordeste), Sr. Amador Bueno (Região Sudeste),  
44Sr<sup>a</sup> Cristina Grossi (ABEM), Sr<sup>a</sup> Ana Terra (Região Sudeste), Sr. Cláudio  
45Levitan (Região Sul), Sr. Cleber Sebastião R. Cordeiro (ECAD), Sr. Edino  
46Krieger (ABM), Sr. Eduardo Rajo (ABPD), Sr. Francisco João Moreirão (ABMI),  
47Sr. José Brasil de Matos Filho (Região Nordeste), Sr. Makely Oliveira Soares  
48Gomes (Região Sudeste), Sr. Manoel José de Souza Neto (Região Sul), Sr<sup>a</sup>  
49Maria Alice Martins (Região Centro-Oeste), Sr<sup>a</sup> Maria José de Queiroz Ferreira  
50(Poder Público), Sr<sup>a</sup> Marilda Santana (Região Nordeste), Sr<sup>a</sup> Michaela Santana  
51(Região Nordeste), Sr<sup>a</sup> Mônica Marques de Castro (Região Norte) e Sr. Rênio  
52Quintas (Região Centro-Oeste). Também se encontravam presentes os  
53seguintes representantes do Poder Público Federal: Sr<sup>a</sup> Eulícia Esteves (Poder  
54Público Federal), Sr. Marcelo Veiga (CNPC). O Sr. Gustavo Vidigal (CNPC)  
55iniciou seu discurso dizendo que para o ministério é uma satisfação muito  
56grande retomar o trabalho das Câmaras setoriais, tendo em vista a  
57rearticulação da estrutura de participação social do Ministério da Cultura e que  
58o Plano Nacional de Cultura está sendo elaborado, tendo o trabalho das  
59Câmaras Setoriais como um dos elementos fundamentais de subsídio. Afirma o  
60Sr. Gustavo Vidigal (CNPC) que a idéia é pensar, a partir do Plano Nacional de  
61Cultura, com os membros do Colegiado, o Plano Nacional da Música. Informou  
62que o Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) é um órgão Colegiado  
63que faz parte da estrutura do Ministério; que foi reestruturado no Decreto 5.520,  
64em que os órgãos Colegiados do ministério passam a se articular em torno do  
65Conselho Nacional e que, por isso, as Câmaras mudam de nome e passam a  
66integrar o Conselho, e que mudam de nome e de função. Disse que nos  
67documentos dos integrantes há o regimento interno, que em seus artigos 9º e  
6810, em toda a seção III tratará dos Colegiados setoriais, onde as atribuições da  
69Câmara aumentarão; que a idéia consolidada no Regimento interno do  
70Conselho é que os Colegiados Setoriais sejam os espaços de elaboração das

71políticas setoriais, em conjunto com o Ministério, com seus órgãos, e que no  
72caso a FUNARTE é um parceiro fundamental, a Secretaria de Políticas  
73Culturais, a secretaria executiva. Acrescentou que a finalidade do conselho é  
74contribuir para a formulação de políticas públicas de cultura e promover a  
75articulação e o debate entre Governo e sociedade civil organizada, para o  
76desenvolvimento e o fomento das atividades culturais em todo o território  
77nacional. Esclarece que anteriormente o Conselho Nacional de Cultura era  
78basicamente composto pelas estruturas do Ministério, que são as secretarias  
79nacionais e os órgãos vinculados - IPHAN, FUNARTE, Casa Rui, Palmares e  
80Biblioteca Nacional – e que agora passará a incorporar a sociedade civil; que  
81hoje o Conselho é praticamente paritário, composto pelo Governo, nos três  
82níveis (federal, estadual e municipal), e sociedade civil em vários segmentos.  
83Ainda sobre o Conselho, informa que este incorpora a participação de forma  
84sistêmica e institucionalizada, ou seja, que o diálogo com a sociedade passa a  
85ter um *locus* com mecanismos de organização próprios de um Conselho  
86Nacional. Seguiu dizendo que o CNPC proporcionará, aos setores e  
87instituições culturais: elaboração, consenso e compartilhamento de estratégias  
88para as políticas culturais; transparência na gestão da política cultural;  
89ampliação dos espaços de participação e instalação de canais permanentes.  
90Informou que se compõe de 52 membros, 46 com direito a voto e os demais  
91com direito a voz. Sobre essas instituições afirmou que são seis que têm direito  
92a voz, e que o grupo abrange representantes do Poder Público, sociedade civil  
93e personalidades de notório saber. Sobre a composição do Conselho, lista os  
94segmentos ali representados, ponto de vista da sociedade civil: Artes digitais,  
95Artes visuais, Audiovisual, Circo, Dança, Música erudita, Música popular,  
96Teatro, Literatura, Livro e leitura, Culturas afro-brasileiras, Culturas dos povos  
97indígenas, Culturas populares, Inclusão social por meio da cultura, Patrimônio  
98imaterial, Patrimônio material, Arquivos e Museus. Relata que na última reunião  
99do Conselho foram incorporados novos segmentos: Moda, *Design*, Artesanato,  
100além de outras instituições com direito a voz, mas sem voto: Arquitetura e  
101urbanismo e outros dois segmentos. Disse que o Conselho está-se ampliando,  
102em virtude do diálogo com a sociedade e com a demanda de mais interlocução  
103para a sociedade civil, junto ao governo federal; que para os conselheiros do  
104Conselho Nacional, sua participação é uma atividade não remunerada, com

105exceção de estadia e deslocamento dos representantes da sociedade civil.  
106Continuou dizendo que a Câmara Setorial da Música se organiza de forma  
107diferente de outras Câmaras, como a da Dança e do Teatro; que se  
108implementou na Música uma forma rotativa, que é muito mais democrática,  
109com a idéia de incorporá-la na forma de organização do Colegiado. Alertou  
110porém para o fato de que se precisa ter em mente que a idéia, nessa nova  
111institucionalidade, é que o mandato dos membros tenha a vigência até o fim do  
112ano que vem e saia uma portaria com a nomeação, e que a forma de  
113organização seja também discutida. Informa então que, a partir da segunda  
114metade do ano que vem terá início um processo eleitoral para substituir todos  
115os Colegiados setoriais e que nesse processo será preciso estabelecer  
116vínculos com, pelo menos, os outros Colegiados setoriais, para que seja criado  
117um parâmetro comum para todos os Colegiados. O Sr. Álvaro Santi (Região  
118Sul) disse que o Conselho foi instalado ao final do ano passado e que a  
119primeira coisa a ser registrada é que houve um hiato de tempo muito grande,  
120desde a primeira Conferência Nacional de Cultura, em dezembro de 2005; que,  
121com o fim da suspensão e a volta das reuniões das Câmaras, que aconteceu  
122junto à FUNARTE, no Rio, a organização dos eleitos para o Conselho ficou  
123reduzida ao âmbito do trabalho de analisar e trazer propostas para políticas  
124públicas para o governo federal. Ressaltou que o Conselho está dialogando,  
125também, com as outras instâncias, conhecendo um pouco os outros setores  
126que têm Câmaras Setoriais, assim como com outros que não têm, mas terão; e  
127que se têm procurado defender as propostas que foram trazidas da Câmara  
128Setorial. Nesse sentido, informou que integrou a comissão temática do Plano  
129Nacional de Cultura, que fez uma série de sugestões e alterações que vieram  
130dos documentos da Câmara, tendo a maioria delas sido aceita pelo Plenário do  
131Conselho. Disse que o tema “direito autoral”, por exemplo, está contemplado  
132em vários itens do Plano e que um dos motivos fundamentais para reunir  
133novamente a Câmara é definir de que maneira funcionarão os Colegiados.  
134Esclareceu que há uma proposta inicial, que foi apresentada pelo ministério,  
135que torna mais compacto o Colegiado; que existe uma mudança bastante  
136importante e polêmica, na proposta, para os membros, que é a de reduzir a  
137representação estadual para regional. Após fazer um balanço do trabalho das  
138Câmaras, disse, é preciso tentar delinear um modelo de Colegiado que atenda

139a representação que há do movimento social, com suas especificidades  
140regionais, estaduais e também no sentido de estabelecer um denominador  
141comum com as outras áreas. Afirmou que essa é uma tarefa que do Conselho.  
142Esclareceu que havia dezessete estados mobilizados para as discussões, mas  
143que no momento, por uma questão de economia, apenas doze estão sendo  
144mobilizados. Identificou isso como uma perda, porque esses outros cinco  
145estados desapareceram do mapa musical e das discussões. Afirmou que uma  
146grande contribuição que os fóruns permanentes trouxeram para o bojo dessa  
147discussão toda foram os documentos que foram discutidos nas Câmaras  
148Setoriais e que foi um trabalho bastante importante, porque representou a base  
149da discussão entre as partes interessadas na questão, quais sejam, as  
150instituições, o governo e os representantes da sociedade civil. Ressaltou que o  
151modelo criado é profícuo e resultou em um documento importante, que está  
152balizando várias coisas. Lamentou o fato de não ter havido uma segunda  
153bateria de discussões e afirmou que, por outro lado, todos estavam com os  
154documentos na mão para discutir e que, por esse motivo, no modelo do  
155Colegiado regional há uma demanda importante: a participação dos estados  
156que estão ausentes, ou seja, não só dos cinco, mas dos outros que compõem a  
157Federação como um todo. Ainda de acordo com o Sr Álvaro Santi, a segunda  
158preocupação era como sair de um modelo que foi descentralizado por meio das  
159Câmaras para uma discussão regional. Afirmou que o Ministério terá que  
160construir discussões regionalizadas sobre o tema. Falou da necessidade de os  
161fóruns estaduais da Região Sul se reunirem, para que a região traga sua  
162demanda para o Colegiado como um todo. Apontou a necessidade de se  
163passar desse modelo para um novo, centralizado, mas que isso pode ocasionar  
164uma grande perda se não der esses espaços intermediários, porque assim  
165haveria mais uma solução formal do que uma questão de essência. O Sr.  
166Manoel José de Souza Neto (Região Sul) perguntou se todos concordam em  
167eliminar a questão da Lei Rouanet, pelo fato de abordar muito a música, tendo  
168ficado acordado que será marcada uma reunião só para se discutir a questão  
169da Lei Rouanet. O Sr. José Brasil de Matos Filho (Região Nordeste) disse que  
170é preciso articular rápido a questão da inter-setorialidade, principalmente agora,  
171que foi aprovada recentemente a inclusão da música nas escolas. Argumentou  
172sobre a necessidade de acelerar a questão da formação musical, de formação

173de professores, formação de platéia, toda a estruturação, e defende que o  
174Ministério da Cultura também tem uma grande responsabilidade nessa tarefa.  
175O Senhor Gustavo Vidigal (CNPQ) ressaltou que um aspecto importante é que  
176o Colegiado setorial comporta, em sua estrutura dentro do Governo, a  
177possibilidade de trazer outros entes do Governo federal para participar  
178também. Do ponto de vista do Governo, destacou o tema da presença de  
179secretários estaduais e secretários municipais, afirmando que em alguma  
180medida isso pode abrir um canal de diálogo com os fóruns e com todos os  
181secretários estaduais do Brasil, além das associações que representam os  
182municípios no Brasil, associações essas que estão representadas no Conselho.  
183Disse que a composição do governo também está sendo discutida, e  
184mencionou que ainda é possível reestruturar a organização interna, pactuar e  
185consolidar isso em um documento. O Sr. Fabrício Nobre (ABRAFIM) comentou  
186que acha que a partir do momento que se está discutindo uma nova formação  
187do Conselho, esta pode ser uma oportunidade de pleitear uma participação  
188mais ativa da Associação Brasileira de Festivais Independentes de Música  
189(ABRAFIM) na Câmara Setorial de Música, visto que a associação, apesar de  
190seu pouco tempo de existência, tem uma contribuição a dar. Para o Sr. Cláudio  
191Levitan (Região Sul), um ponto sugerido para a continuidade no turno da tarde  
192seria a questão da estrutura do Colegiado e da representatividade e como isso  
193se dará dentro do novo regimento interno. Salientou que na tentativa de  
194apressar um modelo reducionista, no sentido de uma representação mais  
195afunilada, será perdido o grande e complexo panorama musical desse  
196segmento. Alertou para o fato de que ainda não se conseguiu chegar a essas  
197discussões em alguns estados importantes, afirmando que a descentralização  
198do ministério nessas atuações é um dos aspectos mais elogiáveis dessa  
199gestão. Sugeriu que se mantenha a discussão, no turno da tarde, sobre o  
200regimento interno e o Colegiado estadual, na tentativa de não perder todos  
201esses personagens que fazem parte do contexto. O Sr. Manoel José de Souza  
202Neto (Região Sul) expressou-se dizendo que a Câmara Setorial de Música  
203passou por um processo que foi reconhecido no sentido de produção.  
204Ressaltou que nessa Câmara se fez o maior número de propostas de políticas  
205públicas. O Sr. Manoel Neto (Região Sul) disse acreditar que o volume de  
206idéias que foi trabalhado é único, comparado às outras áreas, mas que a idéia

207de que possa existir destaque ou veto foi algo que só ocorreu nesta Câmara,  
208Apontou a necessidade de rever o método de trabalho nesse regimento. O Sr.  
209Gustavo Vidigal (CNPC) propôs que se poderia superar a primeira etapa  
210discutindo o regimento interno e ver que tipo de propostas o Colegiado da  
211Música pode fazer para o grupo de trabalho, que consolidará tudo isso e  
212apresentará ao Plenário do Conselho. O Sr. Álvaro Santi (Região Sul) relatou  
213que ficou com a impressão de que talvez fosse mais produtivo, antes de  
214abordar a futura constituição em funcionamento, se fizesse um balanço mais  
215detalhado. Declarou achar que muitos terão alguma coisa para falar sobre o  
216que a Câmara representou acerca das conquistas e reflexões que foram feitas  
217até então. O Senhor Gustavo Vidigal (CNPC) concordou. Disse que deveriam  
218recuperar os temas que cada entidade ou cada ator considera importante para  
219uma avaliação do trabalho feito. O Sr. Álvaro Santi (Região Sul) comentou que  
220gostaria de ouvir também as entidades, não só o fórum, sobre o que acharam  
221da experiência da Câmara. O Sr. Amador Bueno (Região Sudeste) sugeriu que  
222se deve formatar um sistema de expressão pelas realidades regionais. E que,  
223qualquer coisa que se for discutir deve voltar também aos fóruns, uma vez que  
224se trata de um sistema democrático. Disse que, com a retomada das Câmaras,  
225agora mudou de nome, Colegiado, precisa-se ter uma proposta e um tempo  
226para discussão, para se poder dar uma resposta representativa de cada fórum.  
227O Sr. Rênio Quintas (Região Centro-Oeste) falou da Ordem dos Músicos,  
228afirmando que esta, voltada para atender a demanda, que hoje se vê pela  
229pluralidade, diversidade e democratização que se alcançou, ficou para trás no  
230tempo. Na Câmara Setorial, lamentou o fato de se ter exposto o problema sem  
231ter havido o contraditório da Ordem. Disse que foi um problema muito grave, do  
232ponto de vista institucional, tendo-se inclusive, nas reuniões, apontado para a  
233necessidade de uma nova lei. Lembrou que havia o esboço de uma nova lei,  
234formulada pelo fórum de música do Rio de Janeiro, por meio de um músico de  
235Niterói, chamado André Novaes. E propôs um novo diploma legal. Denunciou a  
236existência de movimentos nacionais que tentam acabar com a Ordem, no  
237sentido de que a lei seja substituída por outra, e disse que o problema é que no  
238Brasil inteiro surgem liminares e mandados de segurança que desvinculam o  
239músico profissional da necessidade de contribuir com a anuidade, o que  
240inviabiliza a existência objetiva e física da representação dos músicos

241brasileiros. Argumentou que para o músico brasileiro, hoje, é fundamental esse  
242entendimento, por causa dessa força de existir um diploma legal, que é a Lei  
2433.857/60. Informou que esta lei prevê conquistas trabalhistas e possibilidades  
244de ação e de interface entre a sociedade civil e o Estado, porque a Ordem é  
245uma autarquia da administração indireta e representa, de fato, com força de lei.  
246Enfoca ainda outra questão trabalhista, a da aposentadoria. Apontou uma  
247grande vitória, que foi a culturaPREV, em que os músicos e artistas em geral  
248tiveram aposentaria relacionada com a PETROS, na qual haveria a  
249possibilidade de fazer uma previdência privada relacionada com a previdência  
250da Petrobrás. Esclareceu que o benefício não avançou, porque passava pela  
251FUNARTE e houve problemas, assim como existiu a descontinuação da  
252Câmara Setorial, essa questão do culturaPREV também foi descontinuada e  
253entrou em um “buraco negro” de legislação. Informou ainda que se tentou  
254inscrever a Assom e a Petrobrás simplesmente reportou à FUNARTE, que  
255reportou à Petrobrás e à FUNARTE; e que permanece até hoje esse hiato,  
256essa lacuna que até hoje não se sabe como se resolverá. Em relação à  
257questão da BPD (?), que emitiu um veto em relação à Folha Rosa Na época,  
258alertou para o fato de que se tentou fazer com que pelo menos se entrasse em  
259discussão sobre a assinatura daquele termo, em que o músico abre mão  
260definitiva, completa e absolutamente, de seus direitos. Esclareceu que é uma  
261apropriação indébita o direito do músico, do arranjador, do direito conexo, que  
262é vedado por essa Folha Rosa; e que, do ponto de vista de mercado, o músico  
263é o criador e, sem ele o compositor, o arranjador e toda essa cadeia não teriam  
264razão de ser. E disse que, apesar disso, os músicos permanecem  
265desprotegidos, em uma situação cultural e social desigual. Saliu ainda que,  
266em relação à cadeia produtiva da música, os resultados financeiros não  
267chegam a quem deveriam chegar, e que a Câmara Setorial apontou para os  
268problemas, sem que as soluções possíveis, que passariam pelo  
269aprofundamento dessa complexa rede que é a música no Brasil, chegassem a  
270ser vislumbradas. Declarou que esse é o diagnóstico mais claro. Disse ainda  
271que, quando se foi brindado com a Câmara transversal, pôde-se saber que  
272todos têm problemas, mas que nada foi solucionado do ponto de vista de  
273também apontar indicativos, caminhos e diretrizes; que nada foi concretizado.  
274Afirmou que Câmara Setorial ainda é um grande esboço de uma belíssima

275intenção, mas que o papel ainda aceita tudo e que, inclusive, aceitou todos os  
276vetos dos queridos companheiros das Câmaras Setoriais, mas não aceitou  
277nenhum avanço em relação à situação concreta da música, do autor e do  
278compositor brasileiro. A Sr<sup>a</sup> Marilda Santana (Região Nordeste) ressaltou que a  
279proposta do companheiro foi de se traçar um panorama de cada estado.  
280Opinou que, a seu ver não se deve fugir desse foco, para que se possa  
281objetivar o mais rápido possível a atuação no Colegiado. Em relação à Bahia,  
282particularmente, afirmou que as questões trabalhistas são algo que está  
283sempre recorrendo. E perguntou como remunerar esse músico, arranjador,  
284instrumentista, diretor musical, em toda sua pluralidade de possibilidades como  
285profissional dessa área específica. Comentou que isso é muito complicado,  
286porque não se consegue chegar a um denominador comum e porque não se  
287tem uma tabela. Disse que o sindicato voltou a atuar de forma muito tímida, na  
288Bahia e que, por causa disso, a maior preocupação continua sendo a indústria  
289do carnaval. Seguiu dizendo que, para quem não atua na indústria do carnaval  
290baiano, é um problema, porque são parâmetros tão distintos que parece que  
291são dois países dentro de um estado. Ressaltou que, por isso, nas reuniões  
292dos fóruns sempre se questionava sobre o valor do trabalho de um músico  
293independente, e não se chega a um denominador comum porque a demanda,  
294além de ser muito pequena, quando existe, não atende a esse profissional.  
295Afirmou ainda que esse profissional acumula também uma série de funções,  
296tornando-se instrumentista, diretor musical, arranjador, e que o valor do seu  
297trabalho, mesmo na soma de um pacote, é uma migalha. Denunciou que, além  
298dessa questão trabalhista, de quanto vale o trabalho desse músico, há também  
299outra questão muito importante, que é a dos editais públicos, particularmente  
300no que se refere à Secretaria de Cultura e a Fundação Cultural do Estado da  
301Bahia. Disse que os editais, que na realidade estão contemplando a área de  
302música em Salvador, não correspondem à realidade plural que a Bahia detém,  
303em termos de música. Apontou para o fato de que, sempre que os editais  
304acontecem, há uma polêmica muito grande em relação ao seu perfil. Citou o  
305primeiro que foi feito, a também o último, que se denominou Conteúdo Digital,  
306dizendo que contemplavam somente um produto que seria disponibilizado pela  
307internet. Concordou que essa seja uma maneira, e que haja uma demanda  
308muito grande para se concorrer a esses editais, mas afirmou que não há um

309diálogo com a comunidade musical para que o edital possa contemplar a  
310diversidade musical que a Bahia representa. Defendeu que, por isso, é  
311importante que essa discussão com a própria Secretaria de Cultura seja mais  
312aberta, no sentido de se poder participar da elaboração desses editais, porque  
313na realidade não estão convocando a comunidade para fazer isso; e que,  
314quando se convoca a comunidade, os editais já estão prontos e a partir disso  
315tem-se que aceitar ou não as suas condições. Disse ainda que no que se refere  
316à questão da difusão, existem algumas atitudes pontuais do próprio IRDEB,  
317que é o centro de radiodifusão e televisão da Bahia, que ainda são tímidas e  
318ainda incipientes para essa demanda. Declarou, por fim, que, traçando um  
319panorama, em linhas gerais, do que está acontecendo no panorama musical  
320baiano, ainda há um descompasso muito grande entre o que se busca, como  
321profissionais da área, e o que a própria política cultural empenha nisso, e que  
322não se está conseguindo ter um diálogo para dirimir dúvidas e abarcar a  
323diversidade musical da Bahia. O Sr. Gustavo Vidigal (CNPQ) esclareceu que a  
324idéia é recuperar as pautas prioritárias para cada entidade, recuperar as pautas  
325consolidadas ao longo do trabalho e projetá-las para frente. A Sr<sup>a</sup> Ana Terra  
326(Região Sudeste) disse acreditar que Rio e São Paulo ainda sejam mais  
327complexos, porque são estados e cidades que recebem os profissionais do  
328país inteiro e porque sediam as gravadoras. Argumentou que devemos  
329considerar que o Rio de Janeiro não só representa quem está no mercado de  
330trabalho do país todo, como também as questões regionais específicas, porque  
331até dentro de um estado existem diferenças. Opinou que o grande problema é  
332a música não ter tido uma representação à altura, a qual no mínimo teria de ser  
333equivalente à do Audiovisual, que tem uma secretaria para tratar do assunto.  
334Salientou que, quando se tem na FUNARTE um centro de música, este não  
335tem nenhuma autonomia, não tem estrutura, não tem absolutamente nada para  
336representar o Colegiado da forma que ele necessita. Disse que a música, além  
337de gerar economicamente grandes recursos, tem uma visibilidade externa e  
338mostra uma identidade do país, tanto para dentro quanto para fora, e que por  
339isso merece um cuidado e um espaço. Defendeu a idéia de que a música não é  
340só um negócio, mas um bem simbólico; que não é uma mercadoria como outra  
341qualquer. Caracterizou como totalmente surrealista o fato de o ECAD, que é o  
342nosso escritório técnico de arrecadação e distribuição de direito, sustentado por

343nós, tenha poder de veto sobre nós. Disse que o ECAD é um escritório técnico  
344e que não pode ter representação política. A Srª Mônica Marques de Castro  
345(Região Norte) ressaltou que desde o primeiro momento, o Colegiado não  
346percebeu um aprofundamento do relacionamento do Ministério com a região  
347Norte. Disse acreditar que o Ministério da Cultura tem, sim, que acompanhar os  
348processos regionais – e salientou as dificuldades da Região Norte –  
349geográficas, de habitação, de produção. Disse que o Ministério da Cultura  
350precisa acompanhar de perto, até mesmo dentro dessa política de  
351descentralização. Afirmou que gostaria de chamar a atenção para essa  
352necessidade de o Ministério ter uma maior presença institucional na Região,  
353porque infelizmente a representação regional não é reconhecida pelo  
354movimento. O Sr. Álvaro Santi (Região Sul) destacou dois pontos, um positivo  
355e um negativo. Considerou positivo o fato de as Câmaras terem feito a  
356separação dos assuntos, pela objetividade, porque se pode escolher tratar só  
357de um determinado assunto, e que isso é importante para a secretaria que está  
358assumindo as Câmaras. Acrescentou que, para funcionar, essa especialização  
359depende de uma rotatividade. O ponto negativo que mencionou é a questão  
360das coisas que não estão sendo encaminhadas: Muitas coisas não são  
361consensos, mas aceitar o modelo de Câmaras implica que se tentará chegar a  
362consensos com pessoas que pensam de modo diferente e que também têm  
363interesses diferentes. Opinou ainda que, mesmo nas coisas em que há  
364concordância, que são muitas e são importantes, existem várias que só  
365dependem de encaminhamentos do ministério; e que essas questões estão  
366deixando de ser encaminhadas. Admitiu que muitas delas demandam o  
367Congresso Nacional, e que essas questões frustram, porque se vê que depois  
368de discutir questões pontuais não se avançou, e que isso desestimula as  
369pessoas a continuarem participando. A Srª Eulícia Esteves (Poder Público  
370Federal) declarou que a questão da representação da área da música do  
371Ministério é muito importante. Disse que algumas pessoas e alguns grupos da  
372área de Teatro também têm reivindicado uma maior representação do teatro e  
373a criação de uma secretaria também para o Teatro, tal como existe a secretaria  
374do Audiovisual. Comentou que o Ministro Juca Ferreira tem-se posicionado  
375contrariamente a isso, quando diz que é necessário fortalecer a FUNARTE,

376entidade que cuida das áreas da Música, da Dança, das Artes cênicas e das  
377Artes visuais, além de estabelecer políticas para essas áreas; e que o próprio  
378Ministro tem feito essa autocrítica de que a FUNARTE, ultimamente, e não  
379apenas nesta gestão ministerial, foi muito esvaziada. Afirmou que realmente,  
380foi uma instituição que perdeu muito do seu brilho, importância e autonomia, e  
381que o próprio ministro também diz isso quando fala que em um primeiro  
382momento deu muita importância à Cultura de uma forma geral, não  
383especificamente às artes, porque se vinha de uma tradição de que política  
384cultural era política para a área das artes. Defendeu que o grande mérito dessa  
385gestão foi valorizar todas essas questões do patrimônio material, imaterial,  
386culturas populares, culturas digitais, cultura afro-brasileira. Opinou que agora  
387seria o momento de dar mais importância e promover o fortalecimento da  
388FUNARTE, e que este pode ser um momento oportuno para ouvir sugestões da  
389sociedade civil, desse fórum, dos Colegiados, sobre o que se quer para essa  
390nova FUNARTE. Em relação à questão de fortalecimento dos centros,  
391esclareceu que o Ministro Juca também tem apontado para uma gestão  
392colegiada, mais participativa, voltada para ouvir os técnicos da Casa e a própria  
393sociedade. Declarou que, já que a FUNARTE é o órgão responsável dentro do  
394Ministério da Cultura para o estabelecimento de políticas para essas áreas e a  
395música, este é o momento para discussão e sugestões do Colegiado. O Sr.  
396Cláudio Levitan (Região Sul) comentou que gostaria de aproveitar a deixa da  
397questão da FUNARTE para introduzir um aspecto importante na discussão, a  
398questão da Cultura, das artes e da descentralização. Apontou para o fato de  
399que a estrutura do Estado brasileiro ainda não acompanhou essa demanda  
400política da descentralização. Afirmou que há uma complexidade muito grande  
401em São Paulo e Rio de Janeiro, que centralizam toda a indústria fonográfica, a  
402difusão fonográfica, toda a questão da música, e que os estados periféricos  
403criticam essa centralização e demandam uma descentralização de recursos e  
404atenção. Sobre o ponto da cultura e da arte, afirmou que a questão da cultura é  
405muito grande e ao mesmo tempo muito pequena, e que os orçamentos  
406municipais e estaduais da cultura são pífios, sendo uma das maiores  
407demandas dos Colegiados, como agentes culturais fazer ver aos orçamentos e  
408aos políticos a importância do papel da Cultura. Disse considerar a música  
409como algo que se diferencia e que tem que ser tratada de uma maneira

410diferenciada. Esclareceu que o pessoal do teatro e de todas as outras áreas  
411critica o fato de que a música tenha sido incluída no currículo educacional, mas  
412argumenta que a música tem que entrar na escola. O Sr. Eduardo Rajo (ABPD)  
413comentou que a Câmara Setorial foi um momento em que se pôde conversar  
414de forma bastante ampla, democrática, e que a participação dos fóruns foi  
415bastante importante, assim como das pequenas e médias empresas,  
416gravadoras e grandes companhias representadas pela ABPD, além de  
417músicos, artistas e do ECAD. Discordou do colega que disse não ser  
418importante a participação política do ECAD, afirmando que devemos, sim, lhe  
419dar voz e ouvi-lo, que a palavra consenso é fundamental e que os documentos  
420demonstram isso. Disse ainda gostaria de ter esclarecido o que a Câmara  
421Setorial será daqui para frente; que espera que se use o seu histórico, os lados  
422bons e os erros que foram cometidos no passado para que se acerte e se crie  
423uma discussão produtiva e estimulante para todos os setores. Finalizou  
424dizendo que queria aproveitar a oportunidade para dar seu testemunho em  
425relação à ABRAFIN. Disse que tem participado do conselho que foi criado para  
426a formulação da Feira de Música Brasil, para a qual convidou todos os  
427presentes. Informou que ocorrerá em Recife no primeiro trimestre do ano que  
428vem e que lá esperam fomentar negócios e abrir oportunidades para todos  
429aqueles que precisam de espaço. O Sr. José Luiz (Poder Público Federal)  
430relatou que teve acesso a um documento que contém a sistematização das  
431propostas da Câmara para o Plano Nacional de Cultura, e percebeu que muitas  
432questões que foram discutidas, ou pelo menos apontadas novamente no  
433Colegiado, já foram tratadas nesse documento, e muitas delas foram  
434incorporadas ao plano. Disse ter a sensação de que talvez o trabalho mais  
435importante nesse momento seja atualizar esse documento e incorporá-lo a  
436novos agentes, novas entidades, novas questões que surgiram na música  
437brasileira nos últimos tempos, a exemplo do setor de festivais de música e  
438associações de casas de espetáculos. Apontou outra questão que considerou  
439importante: a falta de institucionalidade do setor musical dentro do ministério.  
440Opinou que essa carência pode ser combatida com o fortalecimento das  
441direções dos centros de música, de artes visuais. Disse acreditar que isso  
442acontece com outros setores, mas que a importância econômica, simbólica e  
443todas as demais importâncias que a música tem no cenário cultural brasileiro

444precisam ser discutidas de forma mais ampla, mais direta. Isso dá concretude  
445às discussões. Afirmou por fim que não partir desses documentos seria, de  
446alguma maneira, rasgá-los. A Sr<sup>a</sup> Ana Cristina Grossi (ABEM) ressaltou que o  
447objetivo básico do Colegiado é, primeiro, recuperar o papel da música.  
448Informou que se um grande levantamento e observou-se que a disciplina de  
449Artes, obrigatória nas escolas, era dada muito mais pelos educadores artísticos  
450visuais do que pelo próprio músico. Esclareceu que a intenção é recuperar o  
451papel da Música nas políticas culturais e educacionais, e que a ABEM também  
452não separa os campos do saber. Citou como exemplo o fato de não ser  
453considerada só no campo da educação, mas da sociologia e das políticas  
454públicas sobre cultura. Disse que se trabalha e se estuda a música na escola,  
455mas também fora dela. Como segundo item mencionou a noção de  
456polivalência, dizendo que o fato de estar a Música, agora, na escola, suscita  
457um novo debate, e afirmou que a Câmara é importantíssima nessa discussão.  
458Afirmou crer que essa Câmara interministerial perdeu muito com a saída do  
459MEC, e que é preciso recuperar isso. Acrescentou que a questão do orçamento  
460é algo que também se tem que conversar. Questionou até que ponto se  
461influencia ou se pode conversar sobre a política de financiamento de Cultura na  
462área da educação escolar, que também é importante. O Sr. José Luiz (Poder  
463Público Federal) fez um comentário sobre a PEC da Sr<sup>a</sup> Roseana Sarney, que  
464foi sancionada pelo presidente Lula, que determina que estados e municípios  
465têm três anos para se prepararem e se adaptarem a essa mudança. Mencionou  
466o convite para a Feira Música Brasil, mas disse ser importante que esse convite  
467seja feito institucionalmente pelo Ministério, para que todos do Colegiado de  
468algum modo se aproximem do Conselho, que está organizando a Feira Música  
469Brasil. Manifestou o desejo de que essa seja uma feira do setor, mas de forma  
470mais ampla. Concluiu afirmando serem essas questões que, do ponto de vista  
471do Ministério da Cultura, precisam ser tratadas pela Câmara. A Sr<sup>a</sup> Ana Cristina  
472Grossi (ABEM) discorreu sobre a questão da FUNARTE, fazendo um  
473depoimento sobre a década de 80, que teve um papel essencial para a  
474Educação musical, e foi quando surgiu grande parte dos cursos de reciclagem  
475e capacitação em educação musical. O Sr. José Brasil de Matos Filho (Região  
476Nordeste) falou da questão da formação, opinando que é um eixo central,  
477porque quando se trabalha em questão de formação, está-se falando em

478 formação de músicos, de platéia, de formadores, incluindo todas as questões  
479 relativas a trabalho, a direito autoral, à conscientização política, à organização  
480 etc. Relatou que, no Ceará, o mês de julho está-se tornando o mês da música,  
481 porque são dois festivais, da última semana de junho até o final de julho, um  
482 com foco na música erudita e outro na música popular; que um terceiro já está  
483 sendo planejado, e que há ainda um quarto festival, que ocorre em janeiro, em  
484 outra região do estado. Informou ainda que estão fazendo esse trabalho de  
485 formação, e que foi acordado sem veto, na reunião da Câmara setorial de  
486 formação. Salientou que, independente dos apoios, a coisa começou a  
487 acontecer. Perguntou onde está o Projeto Bandas, que andou parando, e o  
488 Projeto de Corais, que está lá no *site* mas que nunca acontece. Pleiteou  
489 alguma coisa em incentivo a orquestras, alguma coisa para fomentar os  
490 festivais, tanto os de mostra como os de formação. Indagou sobre o grande  
491 Programa Nacional de Formação Musical, que estava no texto da Câmara  
492 Setorial, e que foi mais uma formação não articulada. Finalizou dizendo que  
493 muita coisa ocorreu mas que, institucionalmente, ainda está faltando muita  
494 coisa acontecer. O Sr. Gustavo Vidigal (CNPQ) disse que com relação à  
495 música nas escolas, ele acha que é um tema importante, que já é recorrente.  
496 Afirmou que nessa organização que será mudada para o Colegiado, é preciso  
497 incorporar o Ministério da Educação na pauta de trabalho e estabelecer um  
498 diálogo com eles. Sobre o tema da música nas escolas, disse que avançou  
499 mais que o Colegiado. Identificou como algo importante convidar André Lázaro,  
500 que é Secretário nacional da diversidade para vir conversar. Informou que se  
501 trata do representante do MEC no Conselho Nacional. Em relação à questão  
502 do direito autoral, disse que é uma questão freqüente, direito do arranjador, do  
503 músico etc., e que o ministério avançou muito nessa área. Ressaltou que o Sr.  
504 Marcos Souza, que é coordenador dessa área no ministério, pediu para  
505 informar o Colegiado sobre uma série de seminários que eles estão  
506 organizando; e que o Sr Marcos concorda em participar não apenas desses  
507 espaços mas também de outros momentos, para discutir com o Colegiado a  
508 questão de direito autoral de um modo mais amplo, que é a maneira como o  
509 ministério está tratando o tema. Disse que a Lei de Incentivo também serve  
510 como exemplo, e esclareceu que já foi discutido.  
511 Relatou que outro tema que o Ministério está desenvolvendo é o da

512CULTURAPREV, no âmbito do ministério, junto com a Secretaria de  
513Comunicação, que faz a ponte com a Petros. Alertou para a importância de se  
514discutir o tema, ainda que de forma breve. Informou ainda que, em relação à  
515questão dos editais públicos, há uma política do Ministério que está se  
516alastrando; que uma série de entidades, inclusive entidades privadas, está  
517adotando o modelo de edital; que estados e municípios também estão  
518adotando, inclusive prefeituras, como a de Fortaleza, que tem quatro milhões  
519de reais em edital, e que se criou no Ministério o observatório dos editais,  
520vinculado à secretaria de políticas, para monitorar os editais de âmbito federal.  
521Relatou que dentro do Congresso Nacional tramita um projeto que dobrará a  
522estrutura do ministério; que o número de projetos apresentados para a Lei  
523Rouanet quase triplicou nesses seis anos. Posicionou-se a favor de aumentar a  
524estrutura do ministério, tendo em vista as novas tarefas que a sociedade está  
525cobrando dele. Falou da necessidade de uma maior participação na vida  
526cultural nas regiões, nos estados. Disse que gostaria de recuperar a questão  
527da economia da cultura; que hoje há no ministério o Programa de Economia da  
528Cultura, o PRODEC, e que a Feira da Música está incluída no nosso programa;  
529que essa é uma área que o ministério está desenvolvendo agora; que será feito  
530um grande edital com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID),  
531cobrindo toda a parte de legislação. Afirmou que o Ministério não entende isso  
532como mercantilização da música, mas toda a riqueza social que a música  
533produz; que não se sabe quanto a cultura produz de riqueza para o país, mas  
534que se estima em torno de 6 a 7% do PIB; que, na Inglaterra, é a parte mais  
535dinâmica da economia, sendo a propaganda incorporada dentro disso; que é  
536muito dinâmico, gera muita riqueza e, por gerar muita riqueza, o governo  
537britânico deu uma institucionalidade própria e hoje a economia da cultura tem  
538um *locus* específico dentro da estrutura governamental. Disse então que o  
539mesmo raciocínio serviria para o Brasil e perguntou a seguir qual é o objetivo  
540do Colegiado, a partir do pontapé inicial que foi dado na reunião. Disse que o  
541Colegiado será um espaço ampliado, não só de pactuação dos segmentos  
542econômicos, mas também onde o governo, a sociedade e o mercado poderão  
543pactuar as políticas para cada setor; que o que se quer fazer é ir além do que a  
544Câmara já vinha fazendo, e daí a importância de o Colegiado também ser  
545crítico. Esclareceu que o Plano Nacional de Cultura é genérico; que muita coisa

546ficou de fora, mas ficou de fora porque não é um plano da música, mas um  
547plano que dialoga com todas as linguagens e com os segmentos da cultura;  
548que todas as produções simbólicas precisam estar representadas, de certa  
549forma, no Plano Nacional; que no que a música não se sentir contemplada, no  
550âmbito do Plano Nacional de Cultura, precisa se incorporado em um Plano  
551nacional da música; Alertou ainda para o fato de que é preciso delimitar até  
552onde o Estado vai e a partir de onde o mercado atuará e a partir de onde a  
553sociedade civil, de um modo geral, se articulará; que é um novo pacto que se  
554está propondo, de longo prazo. Explicou que esse Plano não é do governo  
555Lula, mas sim um plano de estado; que terá a vigência de dez anos e abará  
556pelo menos três gestões. Acrescentou que o espírito da Câmara, que é  
557desenvolver o segmento da música, é o espírito que também tem que  
558prevalecer na construção de um plano nacional, o qual, feito em parceria com  
559os atores, recupera um pouco o espírito da Câmara setorial quando o governo  
560Itamar Franco implementou. E concluiu, afirmando que é isso o que se quer  
561fazer a partir de agora, com o Colegiado, que é uma nova institucionalidade  
562dessa participação. O Sr. Amador Bueno (Região Sudeste) lembrou alguns  
563itens que achou necessários discutir no âmbito da música. Defendeu que a  
564música tenha uma parte maior nas decisões do governo, porque o  
565representante da música sempre fica como ouvinte das soluções de quem não  
566é músico, que não entende absolutamente nada de música; que a música entra  
567como um acessório, sendo que é, na verdade, a arte que movimenta o maior  
568volume de dinheiro. Disse acreditar também que é preciso discutir a revisão do  
569direito autoral, porque os criadores, ao final do filme, ficam de fora; que uma  
570pequena parte fica como procriadora e os intermediários ficam com a maior  
571parte. Não opinou pela exclusão do o intermediário, até porque os músicos não  
572têm uma organização de cobrança de direito autoral, para advogar seus  
573direitos. Mas sugeriu que se deve ampliar o direito do criador, porque ele é a  
574gasolina do mercado e fica de fora. Afirmou que o Colegiado de música tem o  
575maior peso, dentro do âmbito do governo. Lembrando também da Feira da  
576Música, comentou que achou absurdo o músico ir tocar a troco de um prato de  
577comida, afirmando que todos ganham, inclusive carregador, locador de  
578aparelho de som, empresa de turismo que vende as passagens, o pessoal que  
579vende estande, todos ganham, enquanto o músico vai lá tocar de graça, sendo

580que é a fonte de tudo, é o criador. Informou que a terceira maior fonte de  
581arrecadação no mundo é o direito autoral, depois de armamento e petróleo.  
582Sobre a realidade de São Paulo e do Rio, disse que, devido as fato de as  
583televisões e os centros de divulgação serem em São Paulo e no Rio, tem-se ali  
584uma realidade diferente; que a maioria dos estados periféricos, principalmente  
585do Norte, vivem mais em função de movimentações de governo, enquanto São  
586Paulo e Rio estão mais para a movimentação de mercado. Advogou a  
587necessidade de maior regulamentação para os músicos, criadores e  
588arranjadores, que estão fora do direito autoral. Informou que no Colegiado,  
589representa São Paulo, e disse que para se tomar qualquer decisão, há que se  
590voltar à origem do problema; que não há como se tomar decisões de uma hora  
591para a outra. A Sr<sup>a</sup> Maria José de Queiroz Ferreira (Poder Público) lembrou que  
592a Sr<sup>a</sup> Cristina falou sobre os cursos de reciclagem da FUNARTE, dos anos 80 e  
593início dos anos 90, informando que esses cursos foram retomados. Disse que  
594há o Programa de Apoio a Bandas de Música, que, até 2000, só doava  
595instrumentos para as bandas e que, a partir de 2000 foram criados novamente  
596os cursos, com o nome de Painéis de bandas. Esclareceu ainda que: nesses  
597painéis são oferecidos, normalmente, dez cursos entre instrumentos diversos e  
598que são mais necessários nas áreas de: regência, coral, regência de banda e  
599percepção musical e arranjo; que em todos os anos houve os cursos, com  
600exceção de um ou dois anos; que no ano passado conseguiu-se retomar  
601regência e coral, e que foi uma coisa muito produtiva; que no ano passado  
602houve seis encontros: em Belém, Cuiabá, João Pessoa, Palmas, Crato e  
603Curitiba; que há duas semanas houve um encontro em Boa Vista, em Roraima.  
604Sobre Educação musical na escola, afirmou que existe uma preocupação muito  
605grande. Comentou que ficou muito surpresa com o nível de músicos que  
606encontrou em Boa Vista, e, mais surpresa ainda, com o trabalho dos  
607professores de música. Relatou que nesse trabalho as crianças ficam de  
608manhã na escola, e têm aulas de música, coral e educação artística. Informou  
609que haverá cursos na próxima semana em Campo Grande, depois Maranhão,  
610São Luiz, Rio Branco, no Acre e em Recife. Esclareceu que nesse ano, por  
611todos os motivos já conhecidos, tudo ficou para o final do ano, mas que  
612conseguiram que os cursos não se perdessem. Disse que, além disso, houve a  
613edição de várias partituras para bandas e que no ano passado foram editados

614vinte títulos, entre o repertório da FUNARTE e outros, além da reedição virtual  
615de 37 obras. Revelou que há problemas de direito autoral de letra, mas que  
616conseguiram pagar todos os músicos; que estão com dez títulos prontos e não  
617podem colocá-los no *site* da FUNARTE porque não se conseguiu pagar esse  
618direito autoral correspondente. O Sr. Makely Oliveira Soares Gomes (Região  
619Sudeste) opinou sobre a importância das Câmaras setoriais para organização  
620interna dos estados para uma articulação dos músicos, que historicamente  
621sempre tiveram que ser articulados. Disse crer que a setorialização gerada  
622pelas Câmaras foi fundamental; que em Minas, hoje, existem cinco entidades  
623que criaram fórum e que têm uma interlocução com o governo municipal e  
624estadual. Defendeu que isso foi um mérito das Câmaras, porque aconteceu a  
625partir do momento que o Ministério se dispôs a ir *in loco* aos estados e propor  
626essa discussão. Acrescentou que uma forma de ampliar isso e de fazer com  
627que o país realmente esteja representando, que é uma proposta do Fórum  
628Nacional, é o Ministério fazer e ampliar essas ações; e que isso é necessário  
629para que se possa ter uma capilarização no país todo, e para fortalecer as  
630ações que já estão articuladas. Apontou para o fato de haver uma disparidade  
631de discursos, devido a esse hiato dos dois anos em que não ocorreram as  
632reuniões da Câmara setorial. Disse que, como as discussões foram por  
633internet, não se conseguiu chegar a um consenso, todos chegaram  
634desarticulados ao Colegiado e isso acabou refletindo no próprio  
635desenvolvimento das reuniões. Argumentou que os interesses são muito  
636dísparos e se não houver objetividade, o andamento das propostas é lento,  
637bem como a finalização de um resultado que cada um levará para seu estado  
638sobre o que aconteceu no Colegiado. Afirmou que tudo isso que está sendo  
639discutido já foi abordado: a questão do direito autoral, as questões relativas à  
640música foram levantadas em discussões que duraram o ano inteiro; e que os  
641participantes precisam ser mais propositivos. A Sr<sup>a</sup> Maria Alice Martins (Região  
642Centro-Oeste) disse que essa ação do ministério foi um fator muito importante  
643para estimular a mobilização dos estados. Revelou que veio do Mato Grosso  
644do Sul, que é um estado que já estava mobilizado quando houve essa iniciativa  
645de se criar a Câmara setorial; que já havia ali um fórum em atividade.  
646Acrescentou que as reuniões da Câmara deram um estímulo muito grande para  
647que essa mobilização continuasse, e que foram enviados representantes para

648todas as reuniões que aconteceram. Relatou que depois que a Câmara setorial  
649nacional parou, houve uma paralisação também no seu estado, em relação à  
650atuação do fórum, inclusive um desvirtuamento do fórum de cultura de lá.  
651Argumentou que é muito importante que o governo federal continue mantendo  
652ações como essas, porque isso realmente estimula a organização dos artistas,  
653em seus estados. Em relação à representação regional, disse que o  
654distanciamento entre os estados e o MINC é muito grande; que está no Centro-  
655Oeste, no Mato Grosso do Sul, que é bem perto de Brasília, e não existe  
656interlocução com o MINC no estado; que chegou a já reivindicar, em uma  
657reunião partidária que houve com o Ministro Juca Ferreira, a criação de uma  
658representação regional para o Centro-Oeste. Ressaltou que o Mato Grosso do  
659Sul tem uma produção musical riquíssima, com artistas importantes, que  
660conseguiram algum destaque em nível nacional. Comentou que no Rio de  
661Janeiro e em São Paulo se fala de música falando em uma relação  
662mercadológica, enquanto nos estados se fala de uma relação com as ações do  
663governo, porque se não houver isso, não há nada. Afirmou que educação  
664musical, a arte na escola, a música na escola, cumprem uma função  
665importantíssima nessa questão da formação de um público para a própria arte  
666regional. Reforçou a importância de o MINC dar continuidade a esse tipo de  
667ação, porque isso estimula as organizações locais e as reivindicações para que  
668as coisas continuem acontecendo localmente, ou pelo menos comecem a  
669acontecer. A Sr<sup>a</sup> Michaela Santana (Região Nordeste) primeiramente  
670parabenizou o MINC pela iniciativa dizendo que esses debates das Câmaras  
671foram muito importantes, que tiveram a participação de grande parte dos atores  
672envolvidos com a música e que é realmente importante que se dê continuidade  
673a eles. Ressaltou alguns pontos que destacou desses encontros, referentes,  
674principalmente, ao direito autoral. Declarou achar também importante a  
675inclusão da disciplina Direito autoral nos cursos superiores de direito. Destacou  
676também a questão do benefício fiscal aos CDs, defendendo que o benefício se  
677estenda também ao livro. Lembrou que já existe um projeto de emenda  
678constitucional combatendo à pirataria e propondo a participação efetiva do  
679estado nesse combate, a penalização dos usuários e concessionários que não  
680respeitam o direito autoral, a ainda a divulgação do direito autoral de uma  
681forma genérica. O Sr. Fabrício Nobre (ABRAFIN) opinou que é importante

682saber de que maneira esses fóruns estão articulados em cada estado e qual  
683sua representatividade real, porque essas coisas se desarticulam, facilmente,  
684em pouco tempo. O Sr. Manoel José de Souza Neto (Região Sul) disse que a  
685impressão que tem é que alguns estados se desarticularam em alguns  
686aspectos. Relatou que no Fórum de Música do Paraná trata-se sobre arte,  
687cultura, indústria cultura e procura-se ter diálogo, inclusive, com as entidades  
688nacionais, em muitos eventos anteriores; que em pelo menos dez seminários  
689dos últimos oito anos conversou-se com as entidades das outras áreas.  
690Revelou que, apesar disso, não se pode tratar desse tema como um fórum de  
691autoprodutores, porque nem todos os fóruns são assim e que alguns fóruns  
692têm entidades de representações diversas. Afirmou que, quanto à Câmara  
693setorial, existe um antagonismo, uma incompreensão de certas questões,  
694provocado pela metodologia escolhida logo no início; que ao se colocar a idéia  
695de destaque, apresentada por qualquer uma das partes, não se promovendo  
696um diálogo mais intensificado, não se conseguirá entender o posicionamento  
697um do outro; e que, a partir disso houve uma grande perda e uma tensão, em  
698alguns momentos. Disse acreditar muito mais na metodologia escolhida do que  
699em qualquer outra coisa; que houve um bom aprendizado de certas questões  
700pela troca de informações, além de um reconhecimento de que se deve ter  
701uma agenda comum, agenda essa que já se iniciou, com o Seminário de  
702Música Independente, em Curitiba, onde claramente se adotaram algumas  
703idéias do fórum, como também se aprendeu com eles e com outras entidades.  
704Identificou que existe, portanto, uma troca de informações entre os setores, e  
705que isso tem promovido algumas conquistas. Reconheceu que algumas coisas  
706já mudaram, dentro do governo. Fez uma reflexão, dizendo que se precisa  
707trabalhar mais com a idéia de diálogo entre essas representações, o que  
708exigiria um esforço do governo e das entidades, além de uma maior  
709mobilização de certas regiões para que realmente exista um aprofundamento,  
710não somente das entidades presentes, mas das que não estão presentes.  
711Revelou que já se localizaram mais de 100 entidades regionais, além das  
712estaduais, que ainda não estão sendo ouvidas, o que representa um número  
713muito grande de pessoas. O Sr. Adriano Araújo (Região Nordeste) expressou-  
714se dizendo que realmente existe essa preocupação: alguns fóruns, por  
715dificuldades do dia-a-dia, sofrem com excesso de trabalho. Comentou, porém,

716que o interessante é que, mesmo com essa dificuldade, recentemente o Fórum  
717Nacional de Música recebeu o convite para ter assento junto ao Colegiado.  
718Disse que há também a questão de não existir um consenso com relação à  
719transformação do fórum em uma entidade. Finalizou dizendo que as  
720discussões dentro dessa estrutura do Fórum Nacional têm sido de uma  
721preciosidade enorme, e elogiando a importante atuação de Du Oliveira nas  
722discussões do Fórum Nacional. O Sr. José Luiz (Poder Público Federal) fez um  
723breve comentário sobre o que o Sr. Rênio disse a respeito do termo de  
724cooperação entre o Ministério da Cultura e a APEX, que é o Programa de  
725Exportação, Plano Setorial Integrado de Exportação da Música Brasileira.  
726Afirmou que deu a notícia em nome do Ministério, que esse termo está em fase  
727de revisão e que é um compromisso do ministério. Informou que o Colegiado  
728será chamado para discutir de forma mais ampla o Programa de Exportação de  
729Música Brasileira, e que isso deve se iniciar em breve. O Sr. Cleber Sebastião  
730R. Cordeiro (ECAD) iniciou dizendo que estava representando a Dr<sup>a</sup> Glória, a  
731superintendente, que infelizmente não pôde estar presente à reunião.  
732Agradeceu o convite, disse que o ECAD sempre estará aberto e que participará  
733todas as vezes que for convocado. Com relação ao trabalho, disse que não  
734poderia comentar nada, principalmente porque não acompanhou as reuniões  
735anteriores, mas que pôde dizer ao Colegiado que o ECAD está sempre aberto  
736e trabalhando em defesa dos direitos dos titulares. O Sr. Francisco João  
737Moreirão (ABMI) expôs uma questão que o deixou apreensivo: em uma recente  
738entrevista do Ministro Juca Ferreira à Rádio Bandeirante, que ele ouviu, o  
739Ministro falava a mesma coisa: as entidades, personalidades etc., ainda estão  
740realizando os fóruns para se discutir a questão dos direitos autorais, mas que já  
741está definido que se fortalecerá a gestão pública para supervisionar, regular e  
742fiscalizar as atividades da arrecadação e distribuição de direitos autorais no  
743país. O Sr. Francisco Moreirão disse preocupar-se com o fato de o Ministro não  
744se haver pronunciado sobre a polêmica dos direitos autorais, quando se sabe  
745que mais que 50% das rádios que usam, comercialmente, a criação,  
746interpretação, arranjo e produção alheia, não pagam por isso; que a TV Brasil,  
747por exemplo, não paga e está-se escudando em um contrato que existia da  
748RADIOBRÁS. Argumentou que esta é uma questão essencial, porque senão,  
749nessa questão dos direitos autorais, será uma discussão maravilhosa para

750nada, pois não há dinheiro para os autores, já que aqueles que usam  
751comercialmente não pagam. Disse que desde que a inclusão do ensino da  
752música no currículo foi aprovada, há a preocupação do material didático, até  
753porque esse ensino da música necessitará de um material de pesquisa que o  
754apóie; que provavelmente isso exigirá um trabalho conjunto com o Ministério da  
755Educação; que o material nacional deve ser adquirido para esse fim. Relatou  
756que a APEX levantou, diante da ABMI, a questão da exportação da música,  
757dizendo que há critérios para fazê-lo como entidade; mas que a ABMI saiu do  
758projeto e abriu mão de duas parcelas de repasse, porque não estava  
759devidamente formatado. Garantiu que não está fazendo uma crítica e que  
760entende que foi um esforço do Ministério do Desenvolvimento e que, em um  
761formato inicial, que obedece a uma série de regras e leis, foi o jeito que eles  
762conseguiram encaixar nesse esforço, mas que não deu certo. O Sr. Fabrício  
763Nobre (ABRAFIN) afirmou crer que, dada a recente experiência da ABRAFIN,  
764somente se conseguirá demandar junto aos ministérios, às empresas, ou  
765articular entre as próprias entidades, quando se conseguir provar que existe  
766uma representação real. Ressaltou a necessidade de os fóruns e as entidades  
767conseguirem se organizar e mostrar o que realmente estão representando.  
768Declarou que não se representa a música de um estado inteiro, mas de um  
769grupo de pessoas; e que para se ter voz e participação precisa-se trabalhar  
770muito na questão do mapeamento, do levantamento de dados, para saber o  
771tamanho real do que se está lidando, e que um esforço coletivo que essa  
772Câmara poderia fazer é tentar mapear a cadeia da cultura. Disse que ouviu o  
773Sr. Amador falando que há dados, mas que são dados meio soltos; que não se  
774fez isso direito; que a ABRAFIN não fez e as outras entidades não fizeram com  
775profundidade nem com método eficaz. E sugere que uma das propostas que se  
776podem trazer para essa Câmara, para o MINC e para esse grupo é tentar fazer  
777um mapeamento real do tamanho dessa cadeia da música, de seus objetivos e  
778da representação do Colegiado, e que a ABRAFIN e as entidades que estão  
779organizadas formalmente podem contribuir muito para esse trabalho. Quanto  
780ao projeto de exportação da música, afirmou que está sendo rediscutido e que  
781a BMA está à frente disso; que o que se precisa é construir um projeto um  
782pouco mais coletivo. Concluiu opinando que este projeto de exportação é muito  
783interessante e que as pessoas estão muito interessadas em *show* brasileiro. A

784Sr<sup>a</sup> Mônica Marques de Castro (Região Norte) revelou uma preocupação sobre  
785a legitimidade dessa reunião, e disse que, por isso, quase não veio a Brasília,  
786porque o Fórum Paraense de Música, que foi fundado há três anos, participou  
787de diversos momentos, mas hoje em dia, de fato, não está mais atuante, que  
788algumas pessoas que faziam parte dele migraram para outros coletivos.  
789Informou que se fundou, em setembro, o Fórum Paraense de Música  
790Independente, que possui onze coletivos que se mobilizam muito, que fazem o  
791Pará se destacar em muitas instâncias. Admitiu que foi oportunista ao se juntar  
792a esses outros grupos, mas disse que foi um oportunismo propositivo para  
793fortalecer o movimento, já que os outros não se mantiveram. Informou que a  
794proposta daquele grupo é aproveitar todo esse acúmulo de membros que estão  
795nesse fórum atual para levar adiante o trabalho, mas há uma preocupação com  
796a legitimidade. Concluiu afirmando que considera legítima a sua própria  
797participação. A Sr<sup>a</sup> Alexandra Ferreira Gonçalves disse, em relação a isso, que  
798o fórum tem uma proposta a respeito de essas reuniões acompanharem os  
799festivais serem periódicas e o próprio fórum poder se organizar para cuidar de  
800mobilizar esses estados. Sugeriu que se faça um resumo das reuniões, para  
801que se possa acelerar esse processo em nível nacional, para que alguns  
802estados não fiquem mais envolvidos que outros, em termos de informação do  
803que está acontecendo nas Câmaras do Colegiado. Apontou para o fato de que  
804Brasília, Minas e outros estados, quando montaram suas entidades e suas  
805associações, houve um grande ganho, tanto do Executivo quanto do  
806Legislativo. Disse que participou efetivamente da volta da Educação musical  
807nas escolas. Relatou que foi aprovada uma lei que destina 0,3% do orçamento  
808do Distrito Federal para a cultura, o que corresponde a R\$ 35 milhões  
809anualmente; que é o primeiro estado que faz isso, e que tudo isso veio de uma  
810politização, de trocas de informações, de uma busca, dessa interlocução do  
811governo e desse trabalho feito pelo fórum. Terminou falando da necessidade  
812de se divulgarem essas informações, e perguntou como se seria possível fazer  
813essas reuniões em todos os estados brasileiros. O Sr. Cláudio Levitan (Região  
814Sul) disse que a questão da representatividade é um fator importante, inclusive  
815nesse modelo das regiões, com a representação de cada estado. Declarou  
816que, apesar dessa questão, o resultado das Câmaras setoriais demonstrou que  
817houve um retrato claro das demandas dos músicos brasileiros nessas

818manifestações; que a questão tem que ser tratada seriamente, mas que o  
819modelo está dando algum resultado. O Sr. José Luiz (Poder Público Federal)  
820fez um comentário sobre a preocupação do Sr. Fabrício em relação à  
821consolidação de dados e informações, disse que também é uma preocupação  
822do ministério, e que se sabe que, pela primeira vez, dados objetivos,  
823sistematizados e consolidados com metodologia foram produzidos por meio de  
824parcerias entre o Ministério da Cultura e, por exemplo, o IBGE, o IPEA e outras  
825instituições. Defendeu que isso se estenda agora para o nível setorial; que  
826deve ser um compromisso do ministério e de cada uma das entidades e fóruns  
827aqui presentes fazer circular a informação de modo mais sistematizado.  
828Informou que o Ministério pretende trazer para essa instância outros agentes  
829do Poder Público Federal para debater com as Câmaras, e que há também o  
830compromisso de aproximar, desses setores, órgãos como o IBGE, o IPEA, o  
831Banco Interamericano de Desenvolvimento, para ajudar o ministério e as  
832entidades a produzir os indicadores setoriais. Salientou que isso é muito  
833importante, porque só a partir da produção desses indicadores, a força  
834econômica dos setores e o alcance da abrangência e capilaridade podem ser  
835reconhecidos. Relatou que o Ministro tem dito em várias entrevistas que não só  
836o Ministério, mas o Brasil passa por uma grande temporada de repactuação, e  
837que isso se estende, naturalmente, ao caso do Plano Setorial Integrado de  
838Exportação da Música Brasileira. Reafirmou o compromisso do Ministério de  
839promover a abertura dessas discussões de uma vez por todas, e de propiciar  
840que todas as entidades e fóruns aqui representados participem de modo direto  
841tanto dessa questão da APEX quanto da questão da Feira Música Brasil, além  
842de outras que porventura precisem ser discutidas. O Sr. Gustavo Vidigal  
843(CNPC) disse que existem três pontos que tratam de termos que ele gostaria  
844de abordar nessa última fala: primeiro, sobre a composição do Colegiado: que  
845essa organização estadual é importante para amadurecer, politicamente, o  
846segmento, não só do ponto de vista da organização, mas da própria pauta  
847política; que se tem visto que nas discussões do Plano Nacional, os segmentos  
848que participaram de discussões anteriores com o governo, Câmaras setoriais  
849ou outros espaços, tinham um nível de demanda e de proposição diferente e  
850melhor, porque se vão acumulando informações e isso muda e amadurece a  
851cultura política do segmento; que se vê que o que se está fazendo neste

852Colegiado é semelhante ao que o da Saúde e outros fizeram; que se abre a  
853negociação com a sociedade e isso amadurece politicamente o tipo de  
854proposição e de questionamento, e quem ganha, como um todo, é a cultura  
855brasileira. Afirmou que, geralmente, para não dizer sempre, o que se pode  
856fazer é menos do que se deveria fazer, mas que isso é uma construção e vai  
857modificando com o tempo. Posicionou-se pela necessidade de se consolidar  
858uma proposta do Colegiado de música para o Regimento interno do Conselho  
859Nacional. Discorreu ainda sobre direito autoral e o Plano Nacional da Cultura,  
860dizendo que o que se tem hoje é um documento para discussão pública e que  
861não é o documento final, que se está fazendo a discussão em todos os lugares,  
862em todos os estados, além de discussões setoriais. Declarou que, como o  
863plano incorpora elementos da Conferência, foi incorporada a diretriz das  
864deliberações da Conferência; mas não quer dizer que isso vá ficar dessa forma,  
865e que o processo de discussão pode ser alterado. Sobre o direito autoral,  
866ressaltou que estão sendo realizados seminários estaduais e que cabe uma  
867negociação com o departamento de direito autoral da Secretaria de Políticas  
868Culturais sobre a questão. Citou a relação MINC e MEC, no ensino de música  
869e a questão do material didático, entre outros temas, como passíveis de se  
870incorporarem à agenda. Informou que o Conselho Nacional se reunirá mais  
871uma vez no fim de novembro e que nessa reunião será apresentada uma  
872proposta de agenda de trabalho para o Conselho Nacional e para os  
873Colegiados setoriais. Falou da necessidade de incorporar o Ministério da  
874Educação e comentou que agora se pode incorporá-lo, de fato, à estrutura do  
875Colegiado. Continuou, dizendo que outro tema importante é a questão do  
876Parlamento; que se sabe da existência hoje, no Congresso Nacional, da Frente  
877Parlamentar Mista de Cultura; que o calendário do Plano Nacional foi pactuado  
878com eles, com a frente e com a Comissão de Educação e Cultura; que todos  
879sabem que o Parlamento é fundamental para transformar o que se faz no  
880Colegiado em projetos de lei. O Sr. Manoel José de Souza Neto (Região Sul)  
881comentou que o mesmo vale para a inclusão de um membro do Fórum  
882Nacional na Frente, e que para isso já se entrou em contato com Deputado  
883Ângelo Vanhoni e que foi reconhecido que o Fórum Nacional de Música deveria  
884ter uma cadeira nessa Frente. O Sr. Manoel Jose Neto afirmou desejar que  
885isso seja oficializado nesta reunião e a partir do núcleo do Conselho Nacional.

886O Sr. Gustavo Vidigal (CNPC) declarou que a Frente Parlamentar tem  
887conselheiros escolhidos por eles, e que isso é competência do Legislativo; que  
888o Executivo, representado pelas pessoas do Colegiado, como pessoas  
889jurídicas, não pode fazer nada, porque é outro Poder; que, individualmente, o  
890que o Colegiado pode é subscrever uma Moção ou uma recomendação para  
891que a Frente altere a composição de seus conselheiros. Reiterou, no entanto,  
892que as pessoas físicas presentes no Colegiado podem se reunir e propor, mas  
893que o Conselho não pode fazê-lo, devido à separação dos Poderes. Sobre o  
894mandato dos integrantes do Colegiado, para que seja estendido até o fim do  
895ano que vem, sugeriu que seja feito um novo processo eleitoral nacional,  
896porque ao fim do ano os mandatos atuais encerrarão já com novos  
897representantes eleitos, cientes da demanda e da pauta de trabalho. O Sr.  
898Rênio Quintas (Região Centro-Oeste) comentou que recebeu um *e-mail* de  
899Alagoas falando que estão se sentindo excluídos, porque enviaram os  
900formulários respondidos e ficaram aguardando um convite ou uma formulação  
901de algum tipo de mensagem do Colegiado, mas até hoje não receberam nada.  
902O Sr. Gustavo Vidigal (CNPC) abriu o discurso da tarde sugerindo que  
903avançassem na discussão do Plano Nacional e do Regimento interno do  
904Conselho. Como os senhores Álvaro e o Adriano iriam apresentar o  
905documento, pediu-lhes que fizessem uma apresentação geral do Regimento, e  
906que, em seguida, como o Colegiado setorial aparece no Conselho Nacional, o  
907foco seria na Seção III do regimento. Ressaltou a importância de lembrar que  
908as Câmaras se extinguem, formalmente, quando é instalado o Conselho  
909Nacional; que a estrutura de Câmara migra para o modelo dos Colegiados  
910setoriais e que, ao migrar o modelo, seu *lôcus* no Ministério muda também: sai  
911da FUNARTE e passa a ficar abaixo da estrutura do Conselho Nacional de  
912Política Cultural, que é ligado à Secretaria Executiva do Ministério. Salientou  
913que a institucionalidade é diferente, mas que isso não quer dizer que a  
914FUNARTE deixará de participar; que, pelo contrário, a FUNARTE participará  
915com seus coordenadores e diretores, mas o Conselho passa a articular os  
916órgãos Colegiados do Ministério. O Sr. Álvaro Santi (Região Sul) levantou uma  
917dúvida se trabalhariam com o texto do regimento ou com a proposta do GT. O  
918Sr. Gustavo Vidigal (CNPC) respondeu que seria lida a seção III inteira, lendo-  
919se brevemente os outros pontos que tratam de Colegiado e, na hora das

920discussões, seria usado o que o Grupo de trabalho levantou. O Sr. Álvaro Santi  
921(Região Sul) realizou leitura do artigo 9º do regimento interno do Conselho  
922Nacional de Política Cultural. O Sr. Eduardo Rajo (ABPD) fez uma interrupção,  
923mencionando que no artigo 1º, quando diz representar as diretrizes dos setores  
924representados no Conselho Nacional de Po

925lítica Cultural, o Colegiado faz parte do CNCP de forma indireta. O Sr. Álvaro  
926Santi (Região Sul) ressaltou que o Conselho Nacional compõe-se de Plenário,  
927abaixo dele as Comissões temáticas e Grupos de trabalho e, como estrutura  
928anexa ao Plenário do Conselho, os Colegiados setoriais, que são consultivos.  
929Fez a leitura dos artigos 10, 34, 35 e 36 do Regimento interno do Conselho  
930Nacional de Política Cultural. O Sr. Gustavo Vidigal (CNPC) disse que as falas  
931deveriam ser bem objetivas, sobre propostas de modificação, pois o Colegiado  
932deve apresentar uma recomendação ao Grupo de trabalho que está discutindo  
933a dinâmica de funcionamento dos Colegiados setoriais e que isso será enviado  
934para o grupo de trabalho, que organizará e encaminhará uma proposta para ser  
935votada no plenário do CNPC. O Sr. Rênio Quintas (Região Centro-Oeste) falou  
936que um dos fundamentos que gostaria de colocar é que se conseguisse que os  
937músicos fossem ao Fórum Nacional representados pelos estados e não por  
938macro-regiões, pois ainda existem estados que não estão mobilizados, sendo  
939necessário mobilizar os estados ainda não representados na mesa. Afirmou  
940que essa é uma das grandes conquistas da Câmara setorial, que deve ser  
941preservada no Colegiado. O Sr. Gustavo Vidigal (CNPC) solicitou que, de  
942preferência, se faça o apontamento já no corpo do texto. O Sr. Eduardo Rajo  
943(ABPD) sugeriu que no artigo 35 se mude o quorum de maioria simples para  
944consenso, para que um determinado agente da cadeia não determine a política  
945do governo para outro agente dessa cadeia. O Sr. Manoel José de Souza Neto  
946colocou a proposta do Colegiado deliberativo em discussão. Disse que não vê  
947por que em uma política seja simplesmente proposta qualquer idéia, não tendo  
948ela voz para chegar ao Conselho, que é o local efetivo de decisão. Alegou que  
949isso se torna censura, porque uma proposta que encontre discordância do  
950fórum não pode ser descartada como idéia, mas deveria ir para a instância  
951acima, que é o Conselho. Discordou da idéia do consenso, opinando que com  
952essa exigência não se conseguirá propor absolutamente nada. Advogou a

953necessidade de se dar voz para que todos os lados – ECAD, ABEM, fóruns –  
954levantem uma situação e, se um grupo mínimo chegar à conclusão de que  
955aquilo deve ser discutido, o tema irá para deliberação. O Sr. Fabrício Nobre  
956(ABRAFIN) disse que gostaria de entender o artigo 10, II e III, que fala da  
957representação, e como se procede ao encaminhamento, e ainda se algum  
958fórum estadual tem que indicar a associação, ou se o governo tem que indicar  
959a participação e, por fim, qual o procedimento para se poder participar da  
960Câmara. Afirmou que a ABRAFIN é uma entidade, uma instituição e que, pelo  
961que está na redação, parece que a ABRAFIN, sendo uma entidade, irá, como  
962as demais, disputar vagas na representação tripartite. E perguntou se governo  
963dirá quantos são os representantes, ou se será um terço do governo, um terço  
964dos fóruns e um terço das entidades. Segundo o Sr. Marcelo Veiga (Poder  
965Público Federal), são somente cinco os membros do Poder Público, dez das  
966associações e representantes dos estados e, das regiões, são doze. O Sr.  
967Fabrício Nobre (ABRAFIN) salientou que as entidades têm que se organizar e,  
968entre si, decidir quem as representará. Manifestou seu desejo de que todas as  
969entidades com representatividade nacional na área da música tivessem um  
970assento na Câmara setorial de música. A Sr<sup>a</sup> Ana Terra (Região Sudeste) disse  
971que gostaria de fazer um reparo, com relação à Câmara setorial ter  
972representação não paritária. Explicou que quando se falou que a sociedade  
973civil é representada por doze estados, na verdade era somente um, porque o  
974documento era um documento nacional; que não eram doze representantes  
975fazendo propostas, mas doze representantes presentes na Câmara, com  
976apenas uma proposta, uma fala; que reproduzir no conselho esse mesmo  
977modelo de consenso, será repetir o mesmo erro da Câmara setorial, que era  
978por pactuação ou consenso, e que esse nunca se encontrará nas questões  
979fundamentais. Para o Sr. Gustavo Vidigal (CNPQ) a idéia seria o Colegiado  
980funcionar, nessa questão de veto, em uma dinâmica diferente da Câmara  
981setorial, e igual à do Conselho, onde se vota e, dependendo do tema, exige-se  
982maioria simples ou maioria qualificada; que, no que diz respeito à inclusão ou  
983exclusão da proposta, quanto mais consensuada for, mais força terá no Grupo  
984de trabalho. O Sr. Álvaro Santi (Região Sul) mencionou que gostaria de fazer  
985uma reflexão sobre o significado da palavra consenso. Esclareceu que  
986consenso não é sinônimo de unanimidade, mas algo que a maioria aceita

987mesmo que alguns possam estar contra. Além disso, opinou que o termo veto  
988não corresponde exatamente ao que está nos documentos da Câmara, que o  
989poder de veto gera o poder da minoria, que é o oposto da democracia. O Sr.  
990José Brasil de Matos Filho (Região Nordeste) disse que, em relação aos itens  
991III e IV, o Sr. José Brasil de Matos Filho (Região Nordeste) propôs a inclusão  
992da cadeia formativa, para que se tenha uma ação de formação porque a  
993música e arte em geral não se limitam somente à questão da produção e  
994criação. Sobre o parágrafo 5º do artigo 10, propôs que, pelo menos esse  
995primeiro mandato seja de três anos, porque talvez se possa sofrer de  
996descontinuidade, dependendo de alguma mudança que possa acontecer na  
997gestão. Sobre o artigo 33 da seção III, propôs que seja elevada ou abreviada,  
998porque considera muito largo o período de seis meses entre as reuniões dos  
999Colegiados setoriais. O Sr. Cláudio Levitan (Região Sul) expôs as questão da  
1000busca do consenso dentro do grupo e a das associações ou entidades *versus*  
1001fóruns, que aconteceu durante as Câmaras setoriais. Considerou que quando o  
1002Regimento interno propõe à constituição dos fóruns estaduais a periodicidade  
1003semestral, todo o projeto de continuidade vai aguçar novamente essas  
1004questões. Disse acreditar que muitas das questões que parecem dicotômicas  
1005ou conflitantes poderiam ser consensuadas se houver continuidade nos  
1006diálogos. Sobre a dificuldade de remessa de documentos, disse que esses  
1007foram elaborados nas Câmaras setoriais de um dia para o outro, sem diálogo  
1008virtual sobre o que significa o entendimento de cada um desses componentes  
1009da cadeia produtiva sobre suas posições, o que gerou um avanço do coletivo  
1010da música como um todo, mas uma dificuldade, porque se tinha que trabalhar  
1011em cima do veto e da maioria. Declarou que pode ocorrer o mesmo problema  
1012se as reuniões forem semestrais e de um dia de duração; e que isso precisa  
1013ser mais bem pensado. Abordou a questão dos recursos para passagens e  
1014estadia, que aumentarão se as reuniões forem mais frequentes ou mais longas.  
1015Concordou que o ponto de maior nesses debates das Câmaras setoriais foi a  
1016inclusão da música no currículo educacional. O Sr. Eduardo Rajo (ABPD) disse  
1017que entendeu que se está analisando a proposta de regimento interno e ouviu  
1018a manifestação do representante do MINC, dizendo que o Conselho Nacional  
1019de Política Cultural é definido por voto de maioria. Perguntou como será  
1020decidido o mecanismo de votação da Câmara se não há regimento. O Sr.

1021 Gustavo Vidigal (CNPIC) respondeu dizendo que essa é uma das tarefas  
1022 posteriores; que primeiro se precisa aprovar isso no Conselho Nacional, depois  
1023 pensar o regimento dos Colegiados setoriais. O Sr. Eduardo Rajo (ABPD)  
1024 ressaltou que de alguma forma já se estipulam mecanismos que não  
1025 necessariamente serão aprovados no Colegiado e perguntou como isso será  
1026 resolvido. O Sr. Gustavo Vidigal (CNPIC) respondeu que o Plenário do CNPIC é  
1027 instância máxima dos órgãos Colegiados do Ministério; que não se está  
1028 discutindo o funcionamento do Colegiado, mas que se pode pensar um  
1029 dispositivo, a ser acrescentado ao Regimento do Conselho. O Sr. Manoel José  
1030 de Souza Neto (Região Sul) disse que gostaria de complementar o que foi  
1031 colocado até então. Sugeriu que se fosse um pouco mais pragmático nessa  
1032 questão. Disse entender que, quando se tratar de partes, exige-se consenso,  
1033 pois a própria estrutura do conselho fala de voto; que quando algum assunto  
1034 entrar em uma categoria polêmica, deve-se agir como uma Câmara; quando se  
1035 trata de negócios entre setores, é preciso lembrar que se está lidando aqui com  
1036 os três poderes. Argumentou que, portanto, não se pode entrar simplesmente  
1037 no voto, que há que se negociar. Esclareceu que quando se fala da realidade  
1038 do que se está fazendo, está-se pensando no desenvolvimento de políticas  
1039 públicas para o Brasil, e que não será no Colegiado o voto final, mas sim no  
1040 Conselho. Lembrou ainda que há situações em que se deve pensar no  
1041 interesse econômico, no interesse do Poder Público e o interesse civil, numa  
1042 representação tripartite. Explicou que para isso se precisa de pessoas  
1043 especializadas, e que, a partir do momento que se colocarem as cartas na  
1044 mesa e se negociar, realmente se está avançando. Concluiu dizendo que  
1045 assim se está falando em um plano coerente para o desenvolvimento da  
1046 questão da música. A Sr<sup>a</sup> Cristina Grossi (ABEM) mencionou dois pontos:  
1047 primeiro, que também apóia a idéia da representação regional e estadual.  
1048 Reforçou a idéia de que o MINC promoveu, ao fazer os fóruns de debate, uma  
1049 movimentação bastante importante para o Brasil, e que cumpriu sua  
1050 responsabilidade. Disse que apóia também a promoção de encontros regionais  
1051 iguais aos da ABEM. O segundo ponto que abordou é uma dúvida em relação  
1052 ao item VIII, que diz: incitar os governos federal, estadual, distrital. Posicionou-  
1053 se afirmando que esse termo “incitar” está meio estranho, e que talvez o  
1054 melhor fosse “orientar”. Mencionou uma dúvida sobre a amplitude da influência

1055do MINC sobre as secretarias de cultura estadual, distrital e municipal, na  
1056promoção desses encontros. O Sr. Gustavo Vidigal (CNPIC) respondeu dizendo  
1057que o próprio Conselho tem representações dos estados e dos municípios. O  
1058Sr. Amador Bueno (Região Sudeste) citou o artigo 33, parágrafo 1º da seção III  
1059e perguntou se não foi incluída a sociedade civil como representante dos  
1060fóruns. O Sr. Gustavo Vidigal (CNPIC) replicou que no fórum não existe essa  
1061figura jurídica e que há associações que compõem o fórum. O Sr. Eduardo  
1062Rajo (ABPD) concordou com o Sr. Manoel que talvez haja mais pontos em  
1063comum do que divergências; que as divergências ocorrerão porque todos do  
1064Colegiado têm um interesse a defender e que, no final das contas, tudo é  
1065música. Sobre a proposição de doze fóruns estaduais, comentou que, hoje, na  
1066mesa, são quatro entidades mais os representantes do Ministério da Cultura  
1067que, a princípio, são isentos e que, havendo um Colegiado do fórum, qualquer  
1068assunto mais polêmico vai para o voto, sendo doze contra quatro. O Sr. Makely  
1069Oliveira Soares Gomes (Região Sudeste) disse que não é fórum, é tripartite. O  
1070Sr. Eduardo Rajo (ABPD) indagou em que sentido é a tripartite. O Sr. Makely  
1071Oliveira Soares Gomes (Região Sudeste) respondeu que uma estrutura  
1072tripartite pressupõe que as três partes tenham o mesmo peso,  
1073independentemente de terem dez membros, vinte ou um fórum. O Sr. Marcelo  
1074Veiga (Poder Público Federal) destacou que o regimento fala em paridade e  
1075que uma questão a ser discutida e decidida é se a composição será paritária  
1076entre esses três entes ou não, visto que pode não ser. O Sr. Cláudio Levitan  
1077(Região Sul) chamou a atenção para a gravidade desses conceitos,  
1078questionando que, caso se esteja pensando nas entidades como  
1079representantes dos músicos para as questões dos músicos, em que medida  
1080elas são diferentes e, além disso, do lado de que segmento está o Estado.  
1081Alegou que é como se houvesse interesses conflitantes. E perguntou qual é o  
1082papel do Colegiado na representação, afirmando que é preciso avançar na  
1083questão da representação paritária, defendendo a importância da maior  
1084representação dos fóruns, porque o Ministério buscou não a representatividade  
1085da pessoa jurídica, mas a da pessoa física, o que fez surgir a questão do  
1086indivíduo dentro desse modelo da música. Disse que é positiva a  
1087representação por estados. Afirmou que as regiões são diferentes, que Rio de  
1088Janeiro e São Paulo têm um problema e o Rio Grande do Sul tem outro; que

1089 julga esse um debate recém-começado, insistindo que a periodicidade desses  
1090 encontros é fundamental para diminuir a tensão das relações. O Sr. Francisco  
1091 João Moreirão (ABMI) levantou a questão de que tudo isso tem por objetivo  
1092 uma política de Estado para a música e que, ao se partir do princípio de que se  
1093 precisa ter votação porque há contradições, supõe-se que essa política deve  
1094 derrubar um inimigo na sala do Colegiado para se concretizar. Defendeu a  
1095 idéia de que existem contradições mas que o que se está discutindo é uma  
1096 política de estado que deve ser capaz de superar as contradições menores.  
1097 Disse que concorda com uma discussão mais miúda, uma periodicidade  
1098 menor, em que se possa aprofundar nos temas, e se definiu como um convicto  
1099 militante da idéia de que o convencimento funciona, desde que as pessoas  
1100 argumentem. Afirmou que a questão do consenso depende do que se quer  
1101 fazer no Colegiado, definir uma política de estado ou tentar resolver pequenas  
1102 contradições, que existem e continuarão existindo. A Sr<sup>a</sup> Ana Terra (Região  
1103 Sudeste) trouxe uma questão histórica, relatando que em 2004, quem foi ao  
1104 Ministério da Cultura pedir para que influenciasse nas políticas públicas da  
1105 cultura foram os músicos, não as entidades; que quando o ministério veio com  
1106 o modelo de Câmara setorial, foi o modelo do Ministério; que, então, o que se  
1107 conclui é que só quem tinha reivindicações a fazer eram os músicos, porque  
1108 em nenhum momento foram apresentados documentos para avaliação.  
1109 Ressaltou que é precisa ter muita clareza quanto ao fato de a música não ser  
1110 um único setor e também de não existir uma prática capitalista de livre  
1111 negociação. Afirmou que os contratos, historicamente, tanto de trabalho quanto  
1112 de edição, são contratos de adesão, não discutidos entre as partes; que nunca  
1113 se discutiu o percentual que o músico receberá, sendo este obrigado a assinar  
1114 uma cessão de direitos conexos. Denunciou que não é discussão de igual para  
1115 igual e dá o exemplo do ECAD, que é bombardeado pela mídia porque os  
1116 donos de rádio e televisão não querem pagar direito autoral, e todos dizem que  
1117 o ECAD não presta. Alertou para o fato de que os músicos têm que se unir ao  
1118 ECAD, porque é uma estrutura que os serve; que O ECAD precisa dos músicos  
1119 e os músicos precisam dele. Sobre a questão dos pactos, disse crer que se  
1120 está em um momento de renegociação de todos os pactos e que não existe  
1121 nada que seja impossível de se conversar. O Sr. Manoel José de Souza Neto  
1122 (Região Sul) concordou com a Sr<sup>a</sup> Ana Terra em relação à questão do ECAD,

1123acrescentando que a sobra de caixa do ECAD é da música independente, e  
1124que o Colegiado deve apoiar mais o ECAD, assim como o ECAD também tem  
1125que ceder em certas situações e refletir sobre o processo interno para mudar  
1126algumas coisas. Sugeriu que fosse adotada a teoria dos jogos de John Nash  
1127como modelo, explicando-a resumidamente e defendendo seu uso como  
1128modelo. Fez uma proposta, em relação à questão dos seis meses de reunião,  
1129considerando absurdo se reunirem a cada seis meses, com uma agenda tão  
1130extensa, e defendendo a idéia de, no mínimo, uma vídeo-conferência mensal,  
1131como forma de se ter pelo menos um contato à distância para adiantar alguns  
1132assuntos, além de um grupo virtual dentro do *site* do ministério, para se manter  
1133um ritmo de diálogo adequado. Defendeu a definição prévia de uma pauta com  
1134definida 30, porque se tem sido sistematicamente empurrado pela agenda. O  
1135Sr. Makely Oliveira Soares Gomes (Região Sudeste) disse que gostaria que a  
1136questão da paridade dos votos fosse mais bem discutida. Mencionou uma  
1137questão que se tem passado por cima como se já fosse um fato dado, que é a  
1138mudança de paradigma, no mercado, na forma de se produzir e na forma de se  
1139consumir música. Declarou que muitas vezes não se leva isso em conta, mas  
1140que, na verdade, no Colegiado há um conflito de interesse, mais do que um  
1141conflito de representantes de classe; que é um conflito por causa de modos  
1142diferentes de se trabalhar; que se cunhou o termo “autoprodutor”, que vem  
1143produzindo, hoje, mais do que a grande indústria, que a maior parte dos CDs  
1144que saem, hoje, de dentro da fábrica, vem desses autoprodutores, que não  
1145estão na ABMI, porque não são pessoas jurídicas constituídas, são pessoas  
1146físicas. Mudando de tema, disse que o fato de haver doze fóruns não significa  
1147que se tenham doze votos; que é preciso colocar as duas entidades frente a  
1148frente para o Governo dar o voto de minerva, nessa relação tripartite; que se  
1149tenham três ou quatro fóruns, mas que cada um tenha um voto, para se ter  
1150uma posição do Governo. O Sr. Vidigal (CNPIC) comentou que essa tensão  
1151quanto à forma de organização não aparece tanto nas outras Câmaras, sendo  
1152preciso se chegar a um mecanismo que dê conta dessa especificidade da  
1153música; que são problemas diferentes, sendo o primeiro a composição e o  
1154segundo o do mecanismo de funcionamento, de como se dará o diálogo dentro  
1155do Colegiado. Afirmou que se tem autonomia para pensar cada um deles, mas  
1156não se pode misturá-los; que hoje no Colegiado setorial da música, da maneira

1157como funciona, essa composição é interessante; que, apesar de não ser  
1158paritária, é tripartite, com três segmentos diferentes, que se organizam de  
1159forma diferente, mas que têm aqui um espaço de negociação. Esclareceu que  
1160na composição dos fóruns estaduais há diferenciações, podendo-se superar  
1161alguns desses problemas e acomodar em um único projeto uma parte dessas  
1162diferenças, mas não todas. Disse que, em última instância, quem acaba  
1163legislando é o Congresso Nacional onde, depois de chegarem a um consenso,  
1164isso vai para o plenário para votação e que aí quem tem mais força ganha.  
1165Discorreu sobre o tema dizendo que se poderia pensar, no Colegiado, em que  
1166medida essa diversidade que se tem hoje pode ser preservada do ponto de  
1167vista, primeiro, da Constituição, e segundo, do mecanismo de funcionamento.  
1168Afirmou que não é necessário pensar no mecanismo de funcionamento agora,  
1169podendo-se deixar para frente, porque só quando o relatório do grupo de  
1170trabalho for aprovado que isso se transformará em uma questão. Mas defendeu  
1171que se pense, nesse momento, em como se dará o processo de composição  
1172dessa representação para que, quando isso entrar no Regimento do Conselho,  
1173passe a ser uma questão de médio e longo prazo. O Sr. Fabrício Nobre  
1174(ABRAFIN) declarou que não consegue entender o produtor de música, o  
1175músico ou o agente trabalhador da música, como antagonista da indústria ou  
1176das associações. Disse que a ABRAFIN quer que a música avance, e propôs  
1177que, se for para resolver alguma coisa, que seja no voto, porque consenso ou  
1178unanimidade não dá muito certo. A Sr<sup>a</sup> Maria Alice Martins (Região Centro-  
1179Oeste) declarou pensar que o governo deve entrar como intermediador dos  
1180conflitos para buscar esse consenso. Opinou que se estiver definido que todas  
1181as entidades tenham um voto, que todos os fóruns tenham um voto, e que o  
1182governo tenha um terceiro voto para resolver o problema, que seja assim, pois  
1183há que se chegar a uma definição do formato de funcionamento. A Sr<sup>a</sup>  
1184Alexandra Ferreira Gonçalves ressaltou que até o final de novembro haverá a  
1185votação da LOA, que é a Lei Orçamentária, e que crê ser este o momento de o  
1186fórum ou de o Conselho propor um projeto de sistematização desses grupos de  
1187trabalho, para que se possa fazer um trabalho regional e para que esse projeto  
1188possa ser executado pelo Ministério da Cultura, sendo garantida a dotação  
1189orçamentária para dar continuidade ao trabalho. Afirmou ter certeza de que,  
1190com o apelo que a música tem, pode-se conseguir instrumentalizar todas essas

1191 discussões e tratar da mobilização de todos os estados que ainda não estão  
1192 mobilizados, para que se possa seguir em frente. Disse que se pode dividir o  
1193 trabalho que é feito nos fóruns, para se ter um tempo particular para alinhar  
1194 essas posições e divergências e para discutir as questões setoriais de cada um  
1195 dos grupos de trabalho. O Sr. Cláudio Levitan (Região Sul) sugeriu que as  
1196 reuniões sejam trimestrais e que, nesse primeiro momento, não sejam  
1197 regionais, mas estaduais, para que se possa abraçar toda a questão. Apoiou a  
1198 ideia do Sr. Manoel, da teoria dos jogos de John Nash, para a questão das  
1199 discussões internas, considerando-a uma maneira de facilitar as discussões. A  
1200 Sr<sup>a</sup> Ana Terra (Região Sudeste) comentou que tudo que está sendo dito mostra  
1201 o quanto esse processo ficou atrasado nos dois anos que ficou parado. Disse  
1202 considerar fundamental a questão da composição, na qual se precisa saber  
1203 primeiro quem vota, quem veta e quem decide. Concordou com a importância  
1204 do modelo pelo qual o Estado é o intermediário entre duas questões polêmicas.  
1205 Em relação à questão da virtualidade, comentou que daqui a pouco não se terá  
1206 mais suporte físico, será tudo por *internet*; que isso é uma discussão nova para  
1207 as gravadoras, quando se fala do direito autoral. Argumentou que são questões  
1208 que interessam a todos, e cita como exemplo a questão do autoprodutor. O Sr.  
1209 Manoel José de Souza Neto (Região Sul) interveio para complementar sua fala  
1210 a respeito da negociação, dizendo que se deve considerar o conceito de *player*  
1211 (jogador), e que o Estado é jogador; que não pode ser somente mediador,  
1212 porque também está trabalhando os interesses e, dependendo das decisões  
1213 tomadas, paga contas sociais. Alegou que o Estado pode compor a mesa e  
1214 desenvolver o evento, mas na hora que envolver negociação, é como uma  
1215 agência independente contratada. Para o Sr. Gustavo Vidigal (CNPQ), com  
1216 relação à Câmara, o Colegiado setorial de música tem um prazo para o Grupo  
1217 de trabalho se reunir. Informou que o que se discutiu no Colegiado é uma  
1218 recomendação da Câmara ao grupo de trabalho; que se essa recomendação  
1219 não sair a tempo, o Grupo de trabalho, que é composto por representantes  
1220 indicados pelo plenário do Conselho, decidirá mesmo assim. O Sr. Cláudio  
1221 Levitan (Região Sul) disse que foram apresentadas propostas dos fóruns e as  
1222 associações vetaram alguns pontos durante o processo de discussão. Declarou  
1223 crer que na precipitação do debate para fechar esse ciclo, é importante que as  
1224 associações que participaram da Câmara reexaminem alguns vetos que foram

1225colocados, vetos que não necessariamente precisariam existir, visto que  
1226poderiam ser incorporados no coletivo da questão da música. Disse acreditar  
1227que assim se conseguirá fechar essa questão da Câmara setorial de uma  
1228forma menos conflitada e mais consensuada. A Sr<sup>a</sup> Eulícia perguntou quem  
1229são os representantes da sociedade civil organizada e dos setores artísticos e  
1230segmentos (regimento interno do Conselho, artigo 10, itens II e III). Indagou  
1231também se os fóruns estaduais trazem discussões específicas de cada estado  
1232ou se há representantes desses setores nos fóruns estaduais. O Sr. Gustavo  
1233Vidigal (CNPJ) respondeu que no caso do Colegiado setorial, os  
1234representantes da sociedade civil são os fóruns e os dos setores artísticos e  
1235culturais são as associações e entidades ligadas ao setor econômico. O Sr.  
1236Álvaro Santi (Região Sul) disse que a redação que talvez ficasse mais clara é  
1237que, de certa forma, os dois são segmentos da sociedade civil, sendo um  
1238organizado em entidades formalizadas, com CNPJ, e o outro não. O Sr. Makely  
1239Oliveira Soares Gomes (Região Sudeste) comentou que a discussão é  
1240pertinente, porque hoje, por exemplo, não se sabe exatamente o que é música  
1241independente, e que, em Minas, por exemplo, para diferenciar da indústria,  
1242usa-se o termo contra-indústria, referindo-se ao autoprodutor, pessoa que não  
1243é especialista mas dá conta de tudo na sua área. O Sr. Álvaro Santi (Região  
1244Sul) comentou que para compreender um pouco a diferença entre entidades da  
1245sociedade civil organizada e “desorganizada”, ou não registrada em cartório,  
1246deve-se ir à origem dessas Câmaras; que houve uma demanda dos  
1247“desorganizados”, que bateram à porta do Ministério e, em função disso, o  
1248Governo esteve em várias capitais estimulando a criação de fóruns, porque o  
1249entendia que as entidades que existiam naquele momento não representavam  
1250a grande maioria dos músicos brasileiros. Salientou que foram os músicos que  
1251trouxeram essas demandas e estão batalhando e pressionando para essas  
1252mudanças e ações do Governo. A Sr<sup>a</sup> Eulícia Esteves (Poder Público Federal)  
1253disse que existe uma representação que é territorial, estadual, e que o  
1254Colegiado prefere fóruns estaduais e representação estadual. Explicou que um  
1255tipo de representação é territorial e o outro é de segmentos, de natureza  
1256econômica. Perguntou também se o Colegiado comportaria um representante  
1257de cada estado, visto que são 26 estados e o Distrito Federal, no caso da  
1258representação territorial, mais os representantes dos setores, dos segmentos,

1259que não se sabe quantos são, além do Poder Público; Indagou se existe um  
1260número máximo ou mínimo; se todos os estados teriam assento no Colegiado;  
1261se existem estados que, por sua natureza e especificidades, já têm problemas  
1262similares a outros e poderiam se juntar e, finalmente, se os problemas das  
1263regiões são parecidos. Admitiu que a representação dos estados é muito  
1264importante, mas que precisa considerar que são muitos estados. Ao  
1265responder, o Sr. Gustavo Vidigal (CNPC) afirmou que existem algumas  
1266propostas; uma, dos representantes das Câmaras setoriais, defende que sejam  
1267os estados organizados, o que hoje varia de linguagem para linguagem. Disse  
1268que a curto prazo seriam sete ou oito estados, mas a médio e longo prazos  
1269seriam os 27. Revelou que o ministério tem defendido a representação por  
1270macro-região, mas que este é um tema ainda não decidido, porque um Grupo  
1271de trabalho irá organizar essa discussão e apresentar para o Plenário para  
1272votação. O Sr. Amador Bueno (Região Sudeste) disse que gostaria de voltar à  
1273seção III, do Colegiado setorial, artigo 34, parágrafo 1º, que exclui do texto a  
1274sociedade civil, que seriam os fóruns, que não têm condições financeiras para  
1275estar em Brasília. Identificou que a sociedade civil não está incluída no texto, e  
1276que é preciso fazê-lo. O Sr. Gustavo Vidigal (CNPC) fez notar que o texto fala  
1277que as reuniões dos Colegiados setoriais serão realizadas, preferencialmente  
1278em Brasília, sendo que as despesas dos representantes do Poder Público, das  
1279entidades empresariais, das fundações ou entidades com capacidade  
1280financeira correrão às expensas das respectivas organizações, mas que tudo  
1281que está fora disso é pego pelo Governo; que, se incluir tudo isso como  
1282sociedade civil, o empresariado também poderá ser considerado sociedade  
1283civil, e que é um problemas porque o texto dá a entender que quem pode  
1284pagar, paga, quem não pode, será custeado pelo Governo. O Sr. Marcelo  
1285Veiga (Poder Público Federal) reforçou o que foi dito, alertando se for mantida  
1286essa redação, há o risco de o Governo ter que arcar com mais despesas. O Sr.  
1287Eduardo Rajo (ABPD), opinou que está faltando muita gente para que esse  
1288Colegiado se chame de fato um órgão Colegiado da Música. Afirmou que  
1289resumir o Colegiado setorial de música a doze estados que representam  
1290músicos, duas associações de produtores e uma de editores é pouco, além de  
1291parecer tendencioso. Argumentou que os fóruns são um fator fundamental e  
1292importantíssimo, e que não podem ser excluídos. O Sr José Luiz (Poder

1293Público Federal) disse que o Colegiado não está representando a Música na  
1294cadeia produtiva, e que há gestões para vigorar em dois anos. Declarou que  
1295pensa que haverá grandes conflitos quando, dentro da cadeia produtiva da  
1296música, a mesa não representar todo mundo. Comentou que há algumas  
1297distorções: que o fórum está extremamente representado na mesa, mas faltam  
1298associações e músicos e que, se não caminhar para a linha da música, o  
1299Colegiado será algo extremamente conflitante. O Sr. Gustavo Vidigal (Conselho  
1300Nacional de Política Cultural) disse que todos que compõem o Conselho, em  
1301última instância, são nomeados pelo Ministro, que é quem encaminha a  
1302portaria de publicação do nome dos representantes. Com relação ao Poder  
1303Público, afirmou que não há divergência e que a questão é só o número de  
1304representantes. Quanto ao representante da sociedade civil organizada, disse  
1305que o Colegiado pode-se concentrar na questão dos fóruns estaduais,  
1306entendendo-se que sociedade civil organizada são aqueles que foram eleitos  
1307nos fóruns estaduais; que no caso dos representantes dos setores artísticos e  
1308culturais e no caso da música, especificamente, fala-se dos segmentos ligados  
1309aos setores da economia da música. A Sr<sup>a</sup> Cristina Grossi (ABEM) afirmou que,  
1310nesse caso, a ABEM não está incluída, porque não é produtiva nem tem fins  
1311lucrativos, e é formativa. O Sr. Gustavo Vidigal (CNPC) ressaltou que o que se  
1312pode pensar é como incorporar as associações de um modo geral; que no caso  
1313da música são três segmentos bem claros, sendo esse o primeiro consenso  
1314que se tem no Colegiado. Disse que é interessante que esses três segmentos  
1315estejam representados nos Colegiados setoriais e que esse é um consenso a  
1316ser discutido no Grupo de trabalho. Esclareceu que tanto para a Dança quanto  
1317para o Teatro, sempre é estado ou sociedade civil eleita nos fóruns estaduais;  
1318mas para a música, não. Explicou ainda que, apesar do número da  
1319representação, entende-se que há uma parte importante de associações que  
1320não são estaduais, mas que são de caráter nacional e precisam estar no  
1321Colegiado; e mais, que é preciso começar a consolidar essas propostas de  
1322consenso. O Sr. Rênio Quintas (Região Centro-Oeste) falou de uma distorção  
1323muito grave, a consolidação de uma situação de desigualdade que se vive no  
1324país e que está sendo vista de uma forma natural; que todos esses Colegiados  
1325são setores da economia da música, que criam, produzem, arranjam,  
1326compõem, vendem discos; que a cadeia produtiva tem o capital como seu

1327subsidiador, do ponto de vista de todos os mecanismos de produção; que sua  
1328gravadora considera-se independente e não pertence à ADMI. Discordou desse  
1329foco que as entidades são de fundo econômico e as gravadoras independentes  
1330são da sociedade civil organizada e são social e economicamente  
1331desorganizadas. Afirmou que o que elas são é destroçadas, induzidas a uma  
1332situação sub-econômica e jogadas em uma situação de desigualdade que  
1333precisa estar clara, senão não se sairá desse modelo que o Brasil quer vencer,  
1334que é o do capital sempre se impor a quem produz; que os detentores do  
1335capital estão mandando, atualmente, no Brasil como um todo, que estão  
1336destruindo a cultura brasileira, mas que há os que resistem. Argumentou que  
1337deve ser deixado claro que há, de fato, uma dissociação não só ideológica,  
1338mas econômica e produtiva. Disse que gostaria de registrar isso, porque  
1339produz, é músico, compositor e exige que isso seja colocado à mesa como  
1340uma forma de respeitar sua vida econômica. O Sr. Gustavo Vidigal (CNPQ)  
1341interveio dizendo que está querendo superar o que o Sr. Rênio colocou e  
1342consolidar no documento uma posição minimamente articulada. O Sr. Makely  
1343Oliveira Soares Gomes (Região Sudeste) salientou que se tem discutido muito  
1344essa questão da representação; que é músico, compositor, autoprodutor, mas  
1345não está defendendo o interesse dos músicos, pois acha que esse é o sentido  
1346de um Colegiado; que na verdade, esse tipo de esquizofrenia que se criou no  
1347Colegiado ocorreu em função de um histórico de embates e de discussões,  
1348mas não se está fazendo política pública para o músico, que é excluído do  
1349processo da grande indústria, que está sempre querendo ganhar mais em cima  
1350do músico. Declarou que não vê porque se questionar, por exemplo, essa  
1351representação, porque não é possível começar a questionar todas as  
1352formações das entidades, senão se começará a questionar também como a  
1353ABPD foi criada, como as empresas multinacionais entraram no país e como  
1354elas se constituíram. O Sr. Gustavo Vidigal (CNPQ) avaliou que desta forma  
1355não se chegará ao modelo ideal; que o que se está pedindo é um mínimo de  
1356consenso para que se pactuem esses três segmentos. Disse que acredita,  
1357pessoalmente, que é muito difícil que todos os estados sejam representados;  
1358que a macro-região serviria para criar não um filtro, mas uma estrutura  
1359intermediária. A Sr<sup>a</sup> Mônica Marques de Castro (Região Norte) alertou para o  
1360fato de que se deve trabalhar na perspectiva do Estado, garantindo

1361minimamente que as macrorregiões estejam presentes. O Sr. Gustavo Vidigal  
1362(CNPC) esclareceu que não se farão macrorregiões em que só o Sudeste  
1363apareça, porque o Ministério não considera isso correto; mas, da mesma forma  
1364que se podem criar filtros ou estruturas intermediárias entre os estados e os  
1365Colegiados, as associações também podem criar mecanismos intermediários  
1366em que se aglutine cada vez um maior número de associações, que irão  
1367crescer, e que, à medida que forem crescendo, será mudada a própria  
1368composição do Colegiado, o que é natural desses espaços políticos. Avaliou  
1369que, se o Congresso Nacional ampliou o número de representantes, o mesmo  
1370pode acontecer no Colegiado, no sentido de se chegar a um órgão o mais  
1371representativo possível, que incorpore regiões do país, segmentos da  
1372sociedade civil e o Estado. Declarou acreditar que o Colegiado tem que se  
1373adequar ao número cinco, apesar de cabalístico; que seriam cinco membros  
1374para o governo federal ou para as estruturas do governo de um modo geral,  
1375incorporando também estados e municípios. Disse que as associações terão  
1376que fazer também esse esforço de negociação, assim como os representantes  
1377estaduais. A Sr<sup>a</sup> Maria Alice Martins (Região Centro-Oeste) relatou que existe  
1378um ponto de estrangulamento sério a ser transposto; que é preciso haver a  
1379possibilidade de a população ter acesso à diversidade da produção artística  
1380desse país. Declarou que esta demanda vem do grupo de artistas que não  
1381consegue chegar ao público, que estão com seus trabalhos jogados ao vento,  
1382que representam a grande maioria, pois apenas 1% dos artistas do país está  
1383bem. A Sr<sup>a</sup> Maria Alice Martins (Região Centro-Oeste) revelou ter imaginado  
1384que, a partir dessa demanda de se resolver um problema que existe hoje no  
1385país, não só em relação à música, mas também às outras manifestações  
1386artísticas, o Poder Público tenta criar uma situação em que se busquem  
1387soluções para isso e que as associações vêm no sentido de buscar soluções  
1388para esses problemas. Disse que fica preocupada quando se fala que a música  
1389não está representada, pois crê que está, sim; que no Colegiado há intérpretes,  
1390compositores, instrumentistas, produtores de festivais, professores,  
1391formadores, e que a música está representada, inclusive pelos produtores.  
1392Comentou que quando o Sr. Eduardo falou da importância de a Associação de  
1393festivais estar aqui, lembrou-se que está, que eles vieram e que quando se  
1394colocam as coisas da forma como foram colocadas, fica desrespeitoso.

1395Declarou que se sentiu desrespeitada. O Sr. Francisco João Moreirão (ABMI)  
1396comentou que as chamadas associações e entidades não são nenhum tipo de  
1397empresa privada com poder econômico, mas frutos de uma luta árdua e  
1398sacrificante de compositores, intérpretes, músicos, arranjadores, produtores,  
1399maestros, etc. Relatou que as associações se organizaram exatamente para  
1400terem um canal de discussão, de organização e de luta para resolver o  
1401problema da diversidade, da regionalidade. Estimou que 90% dos bens  
1402culturais produzidos não circulam, e considerou este um grande drama. Pediu,  
1403por favor, que não estabeleçam animosidade com as entidades, porque elas  
1404são uma parcela que lutou e se sacrificou para se organizar. O Sr. Francisco  
1405Moreirão reconheceu a representatividade dessas associações, e disse que é  
1406preciso lutar. Esclareceu que, na realidade, o que se discute na ABMI são  
1407rumos da cultura e política cultural e que se tem procurado discutir com as  
1408autoridades do ministério, municipais, estaduais. Disse que, embora os  
1409produtores precisem vender os discos para não falir, sua sobrevivência como  
1410setor de produção intelectual, que é o que a ABMI representa, depende de se  
1411discutirem os rumos da música e da cultura, inclusive para não se  
1412estabelecerem, no Colegiado, contradições entre contratos e outras coisas. O  
1413Sr. Cláudio Levitan (Região Sul) afirmou que não há dicotomia no fórum nem  
1414no Conselho e que estão tentando encontrar os pontos comuns e que a  
1415diversidade estadual das representações de pessoa física trouxe um grande  
1416manancial de colocações que nenhuma associação teve condições de fazer.  
1417Insistiu na proposta de que se volte aos documentos, que sejam relidos pelas  
1418associações para uma contribuição dos fóruns e para que seja melhorada a  
1419condição da Música. Opinou que, para que a cultura da música evolua nos  
1420estados que não estão representados, o Ministério tem que fazer esse trabalho.  
1421Finalizou dizendo que uma tarefa importante que o MINC precisa fazer é  
1422constituir fóruns permanentes nos outros estados para que haja essa grande  
1423composição de representação. O Sr. Gustavo Vidigal (CNPQ) confirmou que o  
1424Plenário do Conselho entende que a proposta é de serem três segmentos. A  
1425Sr<sup>a</sup> Mônica Marques de Castro (Região Norte) propôs que se mantenha a  
1426representação estadual e, à medida que os outros fóruns dos estados não  
1427organizados forem sendo mobilizados, com esse apoio do Ministério, se  
1428comece a fazer por macro-região. O Sr. José Luiz (Poder Público Federal)

1429sugeriu, tentando o consenso, que se defina um teto de representantes e se  
1430trabalhe com esse número com representação dos estados, até chegar um  
1431ponto em que todos estiverem mobilizados, e então começar as escolhas  
1432macrorregionais. O Sr. Gustavo Vidigal (CNPQ) ressaltou que é importante  
1433haver um equilíbrio regional. A Sr<sup>a</sup> Maria Alice Martins (Região Centro-Oeste)  
1434disse que, independente disso, deve-se verificar se é viável, porque se o MINC  
1435disser que não é viável porque não há dinheiro para isso, nada se pode fazer.  
1436O Sr. Gustavo Vidigal (CNPQ) declarou considerar inviável ter representante no  
1437estado, que acha pobre ter 27, um por estado, três representantes do Poder  
1438Público Federal, dois dos poderes públicos estaduais e municipais e quatro  
1439representantes, por exemplo, das associações nacionais. Argumentou que, no  
1440limite, essa dinâmica de veto e não-veto foi superada, e que agora será usada  
1441a dinâmica que existe hoje no Conselho; que em um momento de  
1442tensionamento, precisarão votar, mesmo que sejam dez membros, ou seja,  
1443dois representantes por estado, já existirá uma maioria qualitativa. Disse ser da  
1444opinião de que uma reunião muito grande não funciona; que na reunião do  
1445Conselho são 52 membros e já se tem dificuldade. Pediu que se imaginasse  
1446uma reunião em que há 27 representantes por estado, mais dez do Poder  
1447Público, mais dez das associações, num total de 45 pessoas, e perguntou  
1448como seria adotado o modelo regional. Na opinião do Sr. Álvaro Santi (Região  
1449Sul) devem-se criar os fóruns, com a condição de que o ministério, com o apoio  
1450das representações regionais e do Fórum Nacional, crie fóruns nos estados  
1451onde não existam. Sugeriu que esses fóruns já nasçam integrados ao Fórum  
1452Nacional de Música e possam compartilhar a experiência acumulada do  
1453Colegiado e ter conhecimento do que já foi feito até agora, para encontrar seus  
1454próprios rumos de atuação local. A Sr<sup>a</sup> Cristina Grossi (ABEM) disse que, para  
1455simplificar, os estados podem eleger um ou dois representantes para participar  
1456do encontro regional, para se votar os representantes e as propostas que serão  
1457defendidas. O Sr. Álvaro Santi (Região Sul) salientou que isso contempla o  
1458fortalecimento, inclusive, do Fórum Nacional, como entidade. A Sr<sup>a</sup> Cristina  
1459Grossi (ABEM) disse que uma coisa importantíssima que a ABEM enxerga é  
1460que é necessário aplicar na região Norte. Lembrou que existe a Comissão  
1461Nacional de Incentivo à Cultura no próprio MINC, com a qual o Colegiado tem  
1462contato e que está recadastrando as entidades e associações do Brasil. O Sr.

1463Alexandre Silva (Região Nordeste) analisou mais friamente a natureza das  
1464associações e a abrangência nacional, no caso da Associação Brasileira de  
1465Educação Musical (ABEM), que é uma entidade ligada à formação e ao sentido  
1466mais simbólico da cultura, é muito improvável saber quantas entidades entrarão  
1467nesse Colegiado. Comentou que quando forem decidir entre eles quem irá  
1468participar, é muito improvável que seja escolhida a ABEM. O Sr. José Luiz  
1469(Poder Público Federal) lembrou que o Sr. Alexandre Silva levantou a hipótese  
1470de haver algum tipo de risco em entidades do perfil da ABEM, que não são  
1471voltadas para a economia da música, o que, aliás, não é o caso só da ABEM,  
1472mas tampouco é o caso da Academia Brasileira de Música. Esclareceu que o  
1473risco é que as outras entidades não chancelem a permanência ou a entrada  
1474desse tipo de entidade. O Sr. Álvaro Santi (Região Sul) chamou a atenção para  
1475o inciso III, dizendo que, uma vez que se definiu o número cinco como mais  
1476provável para formação de cada uma das três partes, chama a atenção o fato  
1477de que, para esse inciso III, todas essas entidades legalmente constituídas e  
1478de âmbito nacional, sejam quais forem e quantas forem as que se habilitarem,  
1479serão limitadas a cinco. Relatou que no documento consta que serão  
1480escolhidas a partir de indicação de listas tríplices, mas que entende que essa  
1481escolha é feita pelo Ministro, e pede que a questão seja mais detalhada. O Sr.  
1482José Luiz (Poder Público Federal) ressaltou que inclusive no grupo de  
1483entidades que participavam originalmente da Câmara, esse número terá que  
1484diminuir, se essa proposta for conduzida da forma como está. O Sr. Álvaro  
1485Santi (Região Sul) opinou que também pode haver uma rotatividade. A Sr<sup>a</sup>  
1486Maria Alice Martins (Região Centro-Oeste) disse que é o mesmo exercício de  
1487organização que está sendo proposto para os fóruns estaduais, para que  
1488consigam se organizar e escolher representantes regionais, e que a mesma  
1489proposta será feita às associações, porque se diminuir o número de  
1490participantes de um, diminui do outro. Declarou que vê há problema em haver  
1491cinco representantes do governo, cinco dos fóruns e cinco das entidades, pois  
1492enxerga nisso um equilibrado. O Sr. Edino Krieger (ABM) disse que gostaria de  
1493saber se já há uma idéia de como será feita a indicação das entidades, se há  
1494prazo para isso e de que maneira é feita a indicação. Esclareceu o Sr. Gustavo  
1495Vidigal (CNPC) que tudo isso, uma vez aprovado, principalmente o processo de  
1496eleição dos novos representantes, será feito ano que vem, no segundo

1497semestre. Explicou que a idéia é consolidar um Fórum Nacional dos  
1498representantes estaduais, por exemplo, para se poder pensar na consolidação  
1499de um seminário nacional das associações que discutem política pública de  
1500cultura. O Sr. Francisco João Moreirão (ABMI) propôs que quando se for definir  
1501o número de representantes dentre as entidades totais, que o Colegiado e o  
1502ministério levem em consideração que também há os subsetores, composto do  
1503pessoal que promove *shows*, festivais, e que são as gravadoras, editoras,  
1504academias de músicos, e que, no momento de escolher, que o ministério leve  
1505em consideração essa diversidade interna às entidades. O Sr. Gustavo Vidigal  
1506(CNPC) propôs que para o parágrafo 4º se pense em um texto parecido com o  
1507parágrafo 2º, garantindo a representatividade de cada segmento. Afirmou que  
1508esses parágrafos servem de balizadores para a decisão quando é o caso de  
1509lista tríplice, lista esta que, a médio prazo, ele acha que se conseguirá eliminar.  
1510O Sr. Álvaro Santi (Região Sul) leu o termo de recomendação da Câmara  
1511setorial de música, nos seguintes termos: "primeiro item: a Câmara Setorial de  
1512Música, nesta data, reunida em assembléia, se manifesta acerca da  
1513composição e atribuições dos Colegiados, órgãos integrantes da estrutura do  
1514CNPC, com vistas a fornecer subsídios ao Grupo de trabalho. Considerando o  
1515decreto que criou os Colegiados, que serão produto de uma transição do  
1516modelo de Câmaras, e considerando que o Conselho constituiu um Grupo de  
1517trabalho para propor alterações, recomenda: que a composição dos Colegiados  
1518setoriais seja mantida conforme a redação original constante do regimento  
1519interno do CNPC, de acordo com a definição a seguir exposta (artigo 10): I)  
1520representantes do Poder Público; II) representantes da sociedade civil  
1521organizada; e III) representantes das associações representativas de agentes  
1522artísticos, culturais e formativos organizadas em âmbito nacional." Disse que  
1523lhe parecia ter faltado uma menção aos fóruns, que deveria ser explicitada.  
1524"Segundo item: recomenda a redução da representação da sociedade civil  
1525organizada expressa, no inciso II do artigo 10, dos atuais doze estados, para  
1526no mínimo cinco macrorregiões, tendo como contrapartida o compromisso do  
1527Ministério da Cultura de: realizar, com o apoio das representações regionais e  
1528do Fórum Nacional de Música, Plenárias amplamente divulgadas com o  
1529objetivo de instituir fóruns permanentes nos estados ainda não mobilizados;  
1530realizar encontros dos fóruns por macro-região para a escolha dos respectivos

1531representantes e propostas para o Colegiado setorial. Terceiro item:  
1532recomenda que a periodicidade das reuniões presenciais dos Colegiados  
1533setoriais seja, no mínimo, trimestral (artigo 33, do regimento), podendo ter sua  
1534freqüência elevada em razão do plano de trabalho. Quarto item: recomenda  
1535que se assegure a possibilidade da rotatividade dos representantes da  
1536sociedade civil organizada e das associações, conforme prévia indicação, a  
1537partir das respectivas pautas de reuniões.” Salientou a manutenção da  
1538rotatividade dos fóruns, que foi aceita no início do processo, e também  
1539extensível às entidades e associações, que terão que reduzir sua  
1540representação no Colegiado. O Sr. José Brasil de Matos Filho (Região  
1541Nordeste) expressou a vontade de que se pensasse em outro meio de difusão  
1542além das reuniões virtuais, devido à questão da participação. Explicou que,  
1543como mora fora de capital, fica complicada sua participação. Disse que no  
1544Ceará há salas de videoconferências do SEBRAE, do SESC e do SENAC, e  
1545que acredita que em outras cidades menores também haja. O Sr. Álvaro Santi  
1546(Região Sul), afirmou que do ponto de vista dos fóruns, isso é uma demanda  
1547que deverá ser construída a partir do processo de criação de novos fóruns.  
1548Sobre o segundo item, disse ser da opinião de que está sendo demandado um  
1549compromisso do Ministério com o prazo, para que não se repita a situação da  
1550Câmara, que ficou parada por dois anos. Lembrou que há doze estados,  
1551teoricamente ativos, e mais quinze para mobilizar; que considera o final de  
15522010 um prazo razoável, ou seja, de dois anos, renegociáveis. O Sr. Cláudio  
1553Levitan (Região Sul) disse que a questão dos documentos alinhavados na  
1554Câmara é importante, e perguntou se foi considerada e superada a questão  
1555dos vetos ou se os documentos poderão ser rediscutidos por meio desses  
1556Colegiados de uma forma mais ampla. Relatou que, pela questão dicotômica,  
1557muitos vetos surgiram por razões não debatidas com profundidade e que houve  
1558um prejuízo, porque são tópicos importantes. Declarou temer que se perca  
1559esse trabalho caso se tente o resultado com os vetos incluídos. O Sr. Gustavo  
1560Vidigal (CNPC) assumiu o compromisso de a Secretaria executiva, a  
1561FUNARTE e o gabinete do Ministro se sentarem e verem esse material.  
1562Informou que em outros Colegiados setoriais, como por exemplo na Dança, a  
1563FUNARTE fez um relatório muito bom, que um resumo do que foi deliberado já  
1564é o subsídio da discussão inicial do Plano Nacional da Dança e que o mesmo

1565coisa ocorreu com o Teatro, em que dois conselheiros se colocaram à  
1566disposição para sistematizar as contribuições. Disse que no Colegiado da  
1567Música pode-se solicitar algum conselheiro que se junte a essa equipe para  
1568ajudar a sistematizar as contribuições passadas da Câmara setorial, tendo em  
1569vista a elaboração do Plano Nacional da Música. (Ficaram escolhidos o Sr.  
1570Manoel e as Senhoras Ana e Alexandra). Informou ainda o Sr. Vidigal que o Sr.  
1571José recolherá esse material na FUNARTE e o tornará disponível para as  
1572pessoas que compõem o Colegiado, que, na próxima reunião, apresentará um  
1573resumo disso. Informou ainda que ficou aberta a possibilidade de  
1574eventualmente se fazer uma reunião em Brasília para desenvolver a  
1575metodologia, porque o volume de trabalho deve ser grande: são sete  
1576documentos, 160 linhas de ação do Colegiado da música, algumas  
1577incorporadas ao Plano Nacional outras não, por serem específicas desta  
1578linguagem. Esclareceu que, para fins de registro, a recomendação ficou  
1579aprovada e será remetida ao Grupo de trabalho e que, com isso se tem uma  
1580posição do Colegiado. O Sr. Manoel José de Souza Neto (Região Sul) propôs  
1581dois encaminhamentos internos, não relativos ao documento, mas que podem  
1582contribuir profundamente com o processo daqui para frente: primeiro, que  
1583gostaria de propor que os arquivos das Câmaras, na FUNARTE, nas reuniões  
1584daqui para frente no Colegiado, passem a constar como arquivos virtuais de  
1585áudio na *internet*, para quem quiser pesquisar. Informou que existe um sistema  
1586da FUNARTE que está no banco de dados deles e que isso é fundamental,  
1587tanto para nossa própria análise ou recuperação de alguma situação, quanto  
1588para pesquisadores, agora ou no futuro. A segunda questão posta pelo Sr.  
1589Manoel Neto foi uma sugestão à pasta do Sr. Célio Torino, que se observasse  
1590a questão de um edital específico ou da composição de pontos de cultura com  
1591o perfil do fórum. O Sr. Gustavo Vidigal (CNPQ) lembrou que há um problema  
1592quanto a isso: que o ponto de cultura é uma iniciativa da sociedade civil que  
1593dialoga com o edital amplo e, em alguns casos, estadual. Mas que também há  
1594editais específicos, do Ministério da Justiça e outro. Esclareceu ainda que o  
1595ponto de cultura tem uma decisão política no fundo da escolha do edital, que se  
1596está propondo o estudo dessa questão de um edital específico e que essa é  
1597uma proposta que se pode tentar articular a partir do Conselho. Em nome do  
1598ministério, o Sr. Gustavo Vidigal agradeceu a presença de todos.